

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

ANA JUSSARA DE ARAUJO LIMA

O CURRÍCULO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E  
ADULTOS: UMA ANÁLISE DO LIVRO DIDÁTICO DA  
ESCOLA MUNICIPAL DR. JOÃO GARCEZ VIEIRA E DA  
PROPOSTA DA SEED/SE PARA A EJA

São Cristóvão  
2012

ANA JUSSARA DE ARAUJO LIMA

O CURRÍCULO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E  
ADULTOS: UMA ANÁLISE DO LIVRO DIDÁTICO DA  
ESCOLA MUNICIPAL DR. JOÃO GARCEZ VIEIRA E DA  
PROPOSTA OFICIAL DA SEED/SE PARA A EJA

Monografia apresentada à Universidade  
Federal de Sergipe como um dos pré-requisitos  
para a obtenção do grau de pedagoga.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Marizete Lucini

São Cristóvão  
2012

ANA JUSSARA DE ARAUJO LIMA

O CURRÍCULO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: UMA  
ANÁLISE DO LIVRO DIDÁTICO DA ESCOLA MUNICIPAL DR. JOÃO  
GARCEZ VIEIRA E DA PROPOSTA DA SEED/SE PARA A EJA

Monografia apresentada ao  
Curso de Pedagogia  
Licenciatura da Universidade  
Federal de Sergipe – UFS,  
como requisito parcial para a  
obtenção do grau de  
Pedagoga Licenciada.

Aprovada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

Banca Examinadora

---

MARIZETE LUCINI

Universidade Federal de Sergipe

---

LIANNA DE MELO TORRES

Universidade Federal de Sergipe

---

JOSÉ MÁRIO ALELUIA OLIVEIRA

Universidade Federal de Sergipe

*Dedico este trabalho à minha família, em especial à minha mãe que foi a minha fonte de inspiração para seguir a carreira do magistério e às minhas irmãs que sempre me deram apoio desde o início da minha escolaridade.*

## AGRADECIMENTOS

A realização desse trabalho só foi possível, primeiramente graças a Deus, por ter me dado saúde, força e persistência para vencer os obstáculos que se apresentaram durante a realização desse trabalho.

A toda minha família, em especial minha mãe, pelo apoio, confiança e por ter me incentivado durante todo o percurso da Universidade.

Ao meu noivo Wildson, por ter suportado meu stress, compreendido minha ausência, e incentivado nos momentos de dificuldades. Enfim, pelo companheirismo e dedicação em me ajudar nos momentos em que eu precisei: de um ombro amigo para chorar, de um abraço para comemorar, de uma opinião para confirmar. Obrigada meu Amor, essa é mais uma vitória que conquistamos juntos.

Às minhas colegas de curso Ana Paula, Cora, Edjane e Rosimeire por ter dividido comigo experiências maravilhosas durante o curso.

Em especial à minha orientadora Marizete Lucini, pela paciência e compreensão e por ter acreditado no meu trabalho, dando-me a liberdade necessária e conduzindo-me a maiores reflexões. Minha especial admiração e gratidão!

A todos os professores, pois nesse trabalho tem a contribuição de cada um deles que dividiram comigo seus conhecimentos.

“Se a educação sozinha não pode transformar a sociedade, tampouco sem ela a sociedade muda.”

Paulo Freire

## RESUMO

A Educação de Jovens e Adultos percorreu um longo trajeto até chegar a ser considerada uma modalidade da educação básica, logo, um direito daqueles que não conseguiram concluir sua escolaridade na idade considerada apropriada. Esta, inicialmente era ofertada apenas para ensinar as pessoas adultas a ler e escrever, o que na maioria das vezes não se alcançava, pois terminado aquele processo de alfabetização os alunos não eram capazes de ler e compreender palavras simples. Várias foram as campanhas e congressos desenvolvidos em prol da melhoria dessa modalidade de ensino. Esses eventos objetivavam tanto melhorias no campo do ensino quanto sua expansão. Entretanto os objetivos foram sendo alcançados a passos lentos e até hoje não se conseguiu chegar ao nível desejado. Contudo, muitas conquistas foram alcançadas no campo da EJA, pois hoje ela consolida-se como uma modalidade de educação obrigatória para o Estado, com leis e regulamentos que garantem aos indivíduos a sua efetivação. Além disso, vários são os debates e contribuições de autores como Paulo Freire ao campo da EJA, como por exemplo uma proposta de educação voltada para os interesses dos alunos jovens e adultos que tem características próprias que merecem ser levadas em consideração. Por isso, o currículo que é um elemento fundamental na organização do ensino, por determinar o tipo de indivíduo e sociedade que se quer formar, bem como por ser um documento que orienta os conteúdos e metodologias a serem utilizadas, necessita ser coerentes com os princípios de uma educação emancipadora, possibilitando a esses alunos jovens e adultos uma educação voltada não apenas para o ensino das técnicas de ler e escrever, mas uma educação que além de alfabetizá-los os faça refletir sobre o seu contexto social e seu papel na sociedade. Portanto, foi baseado nesses princípios e considerando os sujeitos que a compõe, assim como a proposta do MEC para ela direcionada, que nessa pesquisa nos propusemos a analisar o currículo da EJA da escola Municipal Dr. João Garcez Vieira, percebendo nessa análise que o currículo se constitui como elemento de poder, entre outros, através da seleção e abordagens do seu conteúdo.

**PALAVRAS-CHAVE:** Currículo, Educação de Jovens e Adultos, Alfabetização.

# SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>08</b>
<b>2 BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS.....</b>	<b>11</b>
<b>3 O CURRÍCULO NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS.....</b>	<b>21</b>
<b>4 REGULAMENTAÇÃO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS.....</b>	<b>29</b>
4.1 A Educação de Jovens e Adultos como Direito.....	29
4.2 Proposta do MEC para a Educação de Jovens e Adultos.....	30
<b>5 ANÁLISE DA PROPOSTA CURRICULAR DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS DA ESCOLA MUNICIPAL DR. JOÃO GARCEZ VIEIRA.....</b>	<b>41</b>
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>51</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>53</b>

# 1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho resulta de pesquisa monográfica realizada sobre a temática do currículo, em especial, o currículo da Educação de Jovens e Adultos e objetivou analisar o currículo da Educação de Jovens e Adultos da Escola Municipal Dr. João Garcez Vieira, em relação as principais leis e propostas que a regulamentam.

O interesse pelo tema de pesquisa originou-se nas leituras e discussões realizadas durante o curso de graduação, bem como o desejo de fazer esse estudo na modalidade da Educação de Jovens e Adultos, pois ao realizarmos uma investigação sobre a EJA como atividade da disciplina de Educação de Adultos, sentimos a necessidade de compreender a realidade dessa modalidade de ensino da nossa comunidade local e nos aproximarmos de possíveis respostas que nos auxiliassem a compreender os altos índices de evasão nessa modalidade de ensino. No período de observação e em outros momentos casuais de encontro com os alunos, percebemos em seus relatos uma falta de estímulo em prosseguir com os estudos. Esse dado nos motivou a investigar as possíveis razões dessa desmotivação evidenciada. Uma das possibilidades que nos ocorreu refere-se ao currículo desenvolvido na Educação de Jovens e Adultos, pois como afirma Oliveira:

Alguns dos problemas que enfrentamos nas escolas e classes decorrem exatamente dessa organização curricular que separa a pessoa que vive e aprende no mundo daquela que deve aprender e apreender os conteúdos escolares. No caso da EJA, um outro agravante se interpõe e se relaciona com o fato de que a idade e vivências social e cultural dos educandos são ignoradas, mantendo-se nestas propostas a lógica infantil dos currículos destinados às crianças que frequentam a escola regular (OLIVEIRA, 2007, p.88).

O currículo escolar compõe o Projeto Pedagógico da escola, e é o ponto de partida para toda a prática pedagógica desenvolvida em sala de aula. Ele não constitui uma fórmula ou receita pronta, mas se torna uma diretriz. É nele que estão estabelecidos todos os conteúdos a serem trabalhados com os alunos. Devemos considerar que esses conteúdos, ou a organização dos mesmos, estão carregados de intenções que influenciarão diretamente na formação dos indivíduos.

Segundo Tomaz Tadeu da Silva (1999), o currículo não está simplesmente envolvido com a transmissão de fatos e conhecimentos objetivos. O currículo é um local onde, ativamente, se produzem e se criam significados sociais. Esses significados, entretanto,

não são simplesmente significados que se situam no nível da consciência pessoal ou individual. Eles estão estreitamente ligados a relações sociais de poder e desigualdade. Além disso, ele se constitui num tempo/espço no qual docente e aprendizes tem a oportunidade de examinar, de forma renovada aqueles significados da vida cotidiana que se acostumaram a ver como dados e naturais.

Nesse sentido, compreendemos como fundamental analisar o currículo por considerar também, que o mesmo tem um papel fundamental, não só na escola, mas em toda a sociedade, pois é a partir dele que a escola determina o tipo de cidadão e conseqüentemente o tipo de sociedade que quer formar. Isso ocorre não apenas pela seleção dos conteúdos, mas também pelos valores e normas transmitidas que influenciarão na formação do cidadão nela inserido.

Portanto, é de suma importância a análise do currículo não só da Educação de Jovens e Adultos, mas de toda a modalidade de ensino, considerando a sua influência na formação do cidadão e da sociedade. Acreditamos que através da análise do currículo, podemos compreender melhor a educação desenvolvida em uma determinada escola, podendo, a partir dessa análise, propor intervenções que alterem o cenário, principalmente se atentarmos para os altos índices de evasão observados na EJA.

Quanto à escolha da instituição na qual procedemos pela coleta de documentos e análise dos mesmos, essa se deu pelo interesse em compreender a realidade da Educação de Jovens e Adultos da minha comunidade local. Outro fator que contribuiu para a escolha da escola foi a proximidade e a relação de convívio que estabelecemos há algum tempo com pessoas que trabalham nessa instituição. Além disso, é uma escola na qual estudei e recentemente realizamos o estágio supervisionado no ensino fundamental, o que nos proporcionou um contato maior com a instituição, facilitando o acesso, tanto para observação, quanto para coleta dos dados e documentos necessários.

A escola Municipal Dr. João Garcez Vieira, localiza-se na Rua 125, no Povoado Santa Cecília na cidade de Nossa Sra. do Socorro. Ela está localizada em uma zona residencial e constitui a única escola do bairro que oferta o ensino na modalidade EJA. Essa instituição atende aos moradores do povoado Santa Cecília e do Loteamento Boa Viagem, é uma entidade municipal e pertence à diretoria DR8, com oferta da EJA apenas no turno noturno. Em sua estrutura física, a escola possui 07 (sete) salas de aula, 01 (uma) cozinha, 01 (uma) secretaria e 01 pequena área aberta utilizada como refeitório e área de recreação. Segundo a coordenação da instituição, para controle do trabalho docente são realizados planejamentos diários, reuniões pedagógicas e avaliação comandada pela diretora.

Importa indicar ainda que essa pesquisa desenvolveu-se sob as orientações da abordagem qualitativa e situa-se como sendo do tipo Estudo de Caso, pois procedemos pela análise do objeto de estudo levando em conta o seu contexto social e histórico, com maior ênfase ao processo do que aos resultados.

O Estudo de Caso nos pareceu mais apropriado para a análise pretendida, principalmente pelo pouco tempo que é dispensado à pesquisa monográfica no currículo do próprio curso de Pedagogia. Assim, realizamos o estudo em apenas uma escola e nos parece que se houvesse um tempo maior, nos permitiria um aprofundamento mais significativo na análise empreendida.

Como instrumentos de pesquisa procedemos pela análise documental, pois para a sua realização, foi necessária, além da leitura de bibliografia sobre currículo, Educação de Jovens e Adultos e currículo na Educação de Jovens e Adultos, a coleta e a análise de documentos como o livro didático, Proposta Curricular para a Educação de Jovens e Adultos de Sergipe, e Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos.

Os resultados desta pesquisa estão organizados em três capítulos. No primeiro capítulo apresentamos um apanhado histórico da Educação de Jovens e Adultos, citando os principais acontecimentos que possibilitaram a EJA se constituir hoje como um direito de todos que não tiveram acesso à oportunidade de concluir a escolaridade básica na idade apropriada.

No segundo capítulo será discutido o conceito de currículo e as especificidades da educação de jovens e adultos. Nesse capítulo será realizada também uma discussão sobre quem são os sujeitos que ocupam as aulas da EJA, suas características e o currículo que deve fundamentar essa modalidade de educação.

Já no terceiro capítulo serão apresentadas as leis e diretrizes que regulamentam a EJA e a proposta formulada pelo MEC para o planejamento e execução das aulas da Educação de Jovens e Adultos.

No quarto e último capítulo será feita a análise do currículo juntamente com o livro adotado na instituição observada, baseando-se na proposta do MEC já analisada. Para tal análise também buscaremos embasamento teórico em alguns autores que propõem um ensino mais significativo que proporciona aos indivíduos uma reflexão-ação na sociedade.

## **2 BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS**

A educação de Jovens e adultos é uma modalidade de ensino amparada por lei e está voltada para pessoas que não tiveram acesso, por algum motivo, ao ensino regular na idade apropriada. Várias foram às mudanças que ocorreram nesse campo do ensino, tanto em relação as suas características quanto às suas propostas curriculares. Nesse breve estudo serão destacados apenas alguns acontecimentos marcantes que contribuíram para o cenário atual da EJA, possibilitando assim ao leitor, uma maior compreensão em relação às fragilidades e necessidades que se apresentam hoje no campo da educação dos adultos.

A Educação de Jovens e Adultos – EJA nasceu no Brasil, juntamente com a educação elementar comum, pois os jesuítas buscavam educar não só as crianças, mas também seus pais. Nesse período, a alfabetização e transmissão do idioma português serviam como instrumento de cristianização e aculturação dos nativos. Entretanto, ultrapassada a fase inicial da colonização, a educação dos indígenas adultos perdeu parte de sua importância e por outro lado, as atividades econômicas coloniais não exigiam o estabelecimento de escolas para a população adulta composta de portugueses e seus descendentes e ainda menos para a população indígena. Nessa época, a leitura e a escrita não eram uma exigência para a inserção no mundo do trabalho. Nesse período as atividades desenvolvidas não necessitavam de conhecimentos sistematizados, pois estavam mais direcionadas para o trabalho braçal. Na verdade, só encontraremos tais escolas quando, já no império, a sociedade brasileira começa a se transformar em face das novas condições de sua economia (PAIVA, 1972, p.165).

A partir da década de 1920, a Educação de Jovens e Adultos começa a assumir importância, embora ainda englobada no problema mais geral da difusão do ensino elementar. Segundo Paiva (1972), a Educação de Jovens e Adultos só se desvinculou da educação elementar comum com o convênio estatístico de 1931, passando à categoria de “ensino supletivo”.

Diante dessa nova categoria, podemos perceber que os sistemas supletivos estaduais começaram a se ampliar a partir da revolução de 30 tanto quanto os sistemas comuns de ensino, concentrando-se tal crescimento no Distrito federal e Estados do Sul, mais especificamente nas áreas urbanas. Todavia, o desenvolvimento da educação dos adultos em larga escala só encontraremos com a regulamentação do FNEP (Fundo Nacional do Ensino

Primário). Nesse mesmo período, entre 1930 e 1945, a abertura política propiciou o florescimento de movimentos isolados de educação de adultos, surgindo universidades populares organizadas segundo o modelo europeu e vinculadas a instituições de ensino ou a bibliotecas (PAIVA, 1972, p.173).

Com a saída de Anísio Teixeira em 1935, os cursos para adultos foram interrompidos. Através do Ministério dirigido por Leme houve a reestruturação desses cursos, mas com a sua prisão em 1936, ele foi interrompido mais uma vez (PAIVA, 1987, p.170).

Só em 1943 surge uma preocupação maior em âmbito nacional com a Educação de Jovens e Adultos:

Com a redemocratização em 1943, inicia-se a mobilização em torno do problema da educação dos adultos. As esquerdas organizam atividades educativas através dos comitês Democráticos ligados ao partido Comunista recém-legalizado; surgem as universidades populares e os centros de cultura popular. A mobilização atinge também setores interessados em problemas educativos sem filiação político-partidária e mesmo os serviços oficiais nos Estados começam a se movimentar no sentido de ampliar as oportunidades de educação para os adultos e de multiplicar suas atividades em favor da difusão cultural (PAIVA, 1972, p.175).

A partir de então, a educação de Jovens e adultos passa a ser um problema nacional e condição para o desenvolvimento do país. É nesse período também que a EJA passa a ser responsabilidade do Estado no sentido da oferta desse ensino e criação de políticas públicas que favorecesse a essa modalidade de ensino

Em meados de 1945, o INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais) busca a ampliação das redes estaduais de ensino supletivo (uma campanha de educação de adolescentes e adultos), com a organização de Centros de Cultura Popular com o objetivo de ampliar a cultura para a classe trabalhadora.

Em 1947 é lançada a CEAA (Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos) com o intuito de fortalecer a democracia liberal. Essa campanha buscava atender tanto o aspecto qualitativo quanto o quantitativo, já que propunha a se estender para a massa, contudo, segundo Paiva (1972) foi atingido com essa campanha apenas o aspecto quantitativo, pois a qualidade não chegou ao nível estabelecido e desejado pela campanha.

Nas palavras de Paiva:

A CEAA nasceu da regulamentação do FNEP e seu lançamento se fez em meio ao desejo de atender os apelos da Unesco em favor da educação popular. No plano inteiro, ela acenava com a possibilidade de preparar mão-de-obra alfabetizada nas cidades, de penetrar no campo e de integrar os imigrantes e seus descendentes nos

Estados do Sul, além de se constituir num instrumento para melhorar a situação do Brasil nas estatísticas mundiais de analfabetismo (PAIVA, 1972, p.178).

Em sua proposta de ensino destaca-se a preocupação em trabalhar com os alunos jovens e adultos metodologias mais adequadas para essa faixa etária.

Nesse sentido, Paiva ainda assevera que:

A campanha preocupou-se com a elaboração de material didático para adultos e com a procura de uma metodologia mais adequada para a atividade docente junto a esta faixa da população; manteve, por outro lado, suas preocupações com os aspectos e conseqüências políticas do programa. Nesse sentido ela pode ser considerada como orientada de forma “realista”. Entretanto, o predomínio de seus fundamentos políticos ao longo de suas atividades bem como a explicitação do preconceito contra o analfabeto parecem indicar a penetração de forte influência do “entusiasmo pela educação” (PAIVA, 1972, p.181).

Na década de 50, percebeu-se que a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos estava preocupada apenas com a transmissão de técnicas de codificação da escrita e não estava atendendo ao objetivo central que era o de combater em larga escala o analfabetismo, por isso, emerge do II congresso Nacional de Educação de Adultos a necessidade de dar um novo rumo neste campo da educação. Dessa forma, em 1963 A CEAA foi extinta permanecendo em vigor por 16 anos. Seu declínio se deve principalmente à diminuição dos investimentos, além de motivos relacionados à política e administração da campanha. Apesar de ter tido pouco tempo de grandes expectativas a campanha buscou atingir grandes contingentes:

Nesse ínterim Paiva afirma que:

Os problemas colocados pela ação extensiva no interior nem sempre podiam ser superados como demonstrava a experiência; os recursos necessários à ampliação da “ação em profundidade” eram demasiado vultosos. Segundo indicam os dados, as atividades da campanha mantêm-se em ascensão até o início da década dos 50 num clima de euforia; entre 1951 e 1954 tais atividades persistem e se expandem embora já não provocassem tanto entusiasmo. O declínio da campanha chega ao auge em 1958 quando é convocado o II Congresso Nacional de Educação de Adultos, onde se reconhece de público o fracasso do programa do ponto de vista propriamente educativo (PAIVA, 1972, p.191).

Merece destaque ainda o I Congresso Nacional de Educação de Adultos em 1947, na qual foi destacada a educação de jovens e adultos como instrumento a favor da democracia brasileira. Esse Congresso contribui para a elaboração de uma lei orgânica para a educação de jovens e adultos, tanto em relação ao ensino supletivo quanto em relação aos

cursos de aperfeiçoamento. Seu principal objetivo foi a criação de universidades populares oficiais e privadas. No Congresso foi discutido e defendido um currículo pautado em materiais didáticos que valorizassem as experiências dos alunos e a vida comunitária, além da formação dos professores que foi outro ponto de destaque durante o congresso.

Com a I Conferência Internacional, ocorrida em 1949 na Dinamarca, a educação de Adultos ganhou um caráter mais moralista, priorizando assim a transmissão de uma educação voltada à valorização dos direitos humanos. Já a segunda Conferência Internacional de Educação de Adultos em Montreal no ano de 1963, abordou a educação com um foco mais formal, sendo a educação de jovens e adultos a partir de então considerada uma continuação da educação regular.

Apesar de ter sido valorizada, a educação de jovens e adultos, principalmente no tocante à alfabetização, em 1940, ainda constatou-se um alto índice de analfabetismo no Brasil. Por isso, o governo viu a necessidade de criar investimentos para a educação dessas pessoas que não tiveram condições de estudar ou continuar os estudos na idade considerada própria.

Outro acontecimento importante que diz respeito à Educação de Adultos foi a Campanha Nacional de Educação Rural (CNER), nascida em 1952, depois da realização da experiência de Itaperuna. Essa Campanha foi muito importante para a educação do meio Rural. Inicialmente ela estava vinculada a CEAA, só depois tornou-se uma campanha independente. A campanha logrou grandes expectativas principalmente por receber influência das Missões Rurais Mexicanas. Mas como a CEAA seus resultados não atenderam as expectativas das pessoas do meio rural.

Sobre essa Campanha destaca Paiva que:

As atividades da Campanha Nacional de Educação Rural tinham dois pontos principais de apoio: as Missões Rurais, cuja metodologia derivava da experiência de Itaperuna, e os Centros de Treinamento (destinados aos professores leigos, à preparação de filhos de agricultores para as atividades agrárias e à preparação de técnicos em audiovisuais aplicados à educação de base). Além disso, existiam cursos especiais para capacitação de pessoal da própria campanha (PAIVA,1972, p.201).

A CNEA (Campanha Nacional de Educação de Adultos) foi um grande marco para a Educação de Jovens e Adultos, tanto por se estender em longo prazo, quanto pela sua repercussão, pois através dessa campanha foram desenvolvidos programas educativos que foram transmitidos pelo rádio o que possibilitou atingir grande parte da população. Além

disso, através dela “foram estabelecidos melhores critérios para o treinamento dos professores, foram desenvolvidas atividades de desenvolvimento comunitárias ligadas à valorização da cultura popular e foram aplicados critérios e métodos de planejamento das atividades educacionais” (PAIVA, 1972, p.206).

Na mesma década tivemos o II Congresso Nacional de Educação de Adultos ocorrido entre 9 e 16 de julho de 1958 no Rio de Janeiro. Este Congresso foi patrocinado por entidades tanto públicas quanto privadas. Sua proposta foi elaborada de acordo com as declarações do Ministro da educação, Professor Salgado e de acordo com as propostas do MEC, defendia uma educação para o desenvolvimento e uma educação para todos (PAIVA, 1972). Seu principal objetivo foi descobrir e estudar os principais problemas da Educação dos Adultos em seus múltiplos aspectos, para, a partir de então, buscar sua melhoria. Para tanto, se buscou o estudo aprofundado dos aspectos sociais que envolviam a educação dos adultos, bem como a sua organização e administração, além dos métodos de ensino.

Sobre isso, Paiva afirma que:

A convocação do Congresso resultou da convicção de que as condições do país tinham mudado que as novas condições exigiam providências no terreno da educação dos adultos e que os programas existentes não poderiam oferecer diretrizes válidas ao governo nessa tarefa. Cabia aos Congressistas ‘diante das atuais condições sociais, econômicas e culturais do país, rever os objetivos da educação dos adultos e fixar suas novas diretrizes, tendo em vista o empenho do atual governo no sentido de orientar a educação em todos os níveis e graus para o desenvolvimento (PAIVA, 1972, p.207).

Esse congresso permitiu que diversos educadores expusessem suas propostas acerca da melhoria da educação dos adultos, principalmente no tocante a alfabetização que constituía um problema na sociedade. Para muitos participantes o Brasil só seria efetivamente uma democracia com a erradicação do analfabetismo que era tão expressivo naquela época.

Como bem explica Paiva:

O encontro permitiu observar a variedade de posições ideológicas defendidas pelos seus participantes através das intervenções e teses apresentadas. Ao lado dos que argumentavam em favor de uma educação dos adultos que servisse de “instrumento que previne a subversão” ou dos que aconselhavam ‘um procedimento cauteloso, para evitar permutações sociais, que poderiam ocorrer com uma alfabetização em massa da população rural sem as medidas afetivas para a sua fixação no campo’, estavam os que, considerando que ‘os que trabalham (...) não podem ficar à mercê de uma minoria que constitui o governo e decide os destinos da pátria’, clamavam pela erradicação do analfabetismo a fim de que se pudesse ter no Brasil “uma verdadeira democracia” e esta somente seria possível “quando todos os maiores de 18 anos souberem ler a chapa do candidato da sua escolha e pensarem ( ...) na atuação, capacidade e trabalho de cada um frente a coisa pública”. Para estes a

educação dos adultos seria um meio de “preparar elementos melhores que tomem a direção da coisa pública sem tentar subverter a ordem social ou mudá-la de chofre”, fazendo a sociedade evoluir “sem choques, sem crises”, “na paz, na justiça no trabalho”; a educação das massas seria o único caminho para a “revolução” brasileira, aquela que integraria a todos no funcionamento da democracia liberal. Esta mistura de “entusiasmo” e “realismo” em educação manifesta-se em muitos setores. Começavam a surgir também novas ideias relativas à educação dos adultos como instrumento de transformação social e construção da sociedade futura, sobre a influência do nacionalismo (PAIVA, 1972, p.209).

De certo modo, esse congresso contribuiu para um novo pensamento pedagógico brasileiro, na medida em que coloca em discussão o aspecto social para o meio educativo, como já propunha Paulo Freire (1980), possibilitando a abertura de novas ideias e propostas pedagógicas em prol da melhoria na Educação de Jovens e Adultos. De acordo com essa proposta a preocupação não seria apenas com o analfabeto, mas sim com a qualidade da educação em sua totalidade. Contudo, sua proposta não teve tanta aplicabilidade, pois conforme destaca Paiva:

O II congresso marca realmente um momento de transformação das ideias nos meios educacionais brasileiros em face das condições políticas vividas pelo país naquele momento e sua carta de Princípios, representativa do pensamento minoritário, não logrará grande influência no período que sucedeu imediatamente ao Congresso (PAIVA, 1972, p.213).

A proposta de Paulo Freire estava centrada principalmente em transformar a realidade dos alunos jovens e adultos que se encontravam em estado de opressão, para tanto propunha um ensino que deveria partir da realidade do sujeito numa reflexão fundamentada na análise do meio social em que vive. Sua proposta de ensino se alicerçava no diálogo entre o educador e o educando e este deveria participar ativamente do processo de construção do conhecimento:

O paradigma pedagógico de Paulo Freire passa a inspirar os principais programas de alfabetização e educação popular que se realizaram no país no início da década de 60 como o programa do Movimento de Educação de Base (MEB), o movimento de Cultura Popular do Recife, ambos iniciado em 1961, os Centros Populares de Cultura da União Nacional dos Estudantes e outras iniciativas de caráter local e regional espalhadas por todo território nacional. (UFBA -FACED, 2009, p.20)

Já a Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo, criada em Janeiro de 1958, a CNEA pretendia ser um programa experimental destinado à educação popular em geral. “Ela surgiu exatamente no momento em que se iniciava no país uma nova etapa da

educação dos adultos: reconhecia-se amplamente a ineficácia das campanhas lançadas há alguns anos pelo DNE (Departamento Nacional de Educação), mobilizavam-se os educadores em busca de novas soluções para o problema, criava-se no CBPE (Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais) um setor destinado ao estudo dos problemas de educação e ciências sociais, firmava-se a necessidade de estudos experimentais que oferecessem métodos de atuação pedagógica de rentabilidade assegurada para evitar novos fracassos educativos (PAIVA, 1972).

Entretanto, “com a mudança de governo e o fechamento político que caracterizou a conjuntura política nos anos 60, os programas de alfabetização e educação popular são vistos como uma grave ameaça à ordem social e houve uma repressão por parte do governo contra os grupos que atuavam com alfabetização baseada no método Paulo Freire” (UFBA-FACED, 2009, p.21).

Todas as campanhas foram extintas em 1963:

[...] através do decreto nº 51.867, a fim de permitir a descentralização prescrita pela LDB. A partir de então, a ação federal deveria se fazer sentir apenas como cooperação financeira, da assistência técnica, da pesquisa pedagógica e da convocação de congressos e seminários, além do estabelecimento dos objetivos gerais (quantitativos e qualitativos) a serem alcançados. As metas educativas estabelecidas pelo PNE e ampliadas pelo plano Trienal seriam detalhadas pela coordenação do PNE então instituída e serviriam como orientação aos planos educativos das unidades federativas (PAIVA, 1972, p.229).

Outro movimento que exerceu grande influência sobre a Educação de Jovens e Adultos foi a Cruzada ABC, (Cruzada da Ação Básica Cristã). Nascida no Recife em 1958, esse movimento considerava o analfabetismo com um problema de todos e sua principal proposta era erradicar o analfabetismo.

Para Paiva:

A Cruzada afirmava que “educação não tem dono é responsabilidade de todos, tanto de entidades governamentais como das particularidades (...) o objetivo inicial da Cruzada era “treinar um milhão de adultos em alfabetização básica num período de 5 anos” ou extinguir o analfabetismo” sempre esteve presente em sua atuação, caracterizando-a como um programa extensivo de alfabetização (PAIVA, 1972, p.273).

Sua proposta curricular era baseada na cartilha ABC elaborada em 1961 por uma comissão de professores reunidos na Universidade de Mackenzie. Segundo Paiva, (1972) seu conteúdo não era adequado nem aos alunos a quem se destinava nem a região onde foi

aplicada, tanto que em 1966 a mesma foi reformulada. Uma nova cartilha ABC foi elaborada com a colaboração do Dr. Fredericco Rex, secretário de educação da Comissão de alfabetização mundial e Literatura Cristã, da Dra. Sarah Gudschinsky da Universidade de Brasília, do Sr. Meira Lins da Universidade de Recife, das Prof<sup>as</sup>. Glória Kindal e Rute Tompson e de alguns técnicos da Sudene. Além disso, foi também preparado material didático para o período de educação continuada e para leitura dos neo-alfabetizados. Apesar da sua reformulação ela ainda não apresentava uma proposta que levasse em consideração a faixa etária dos alunos a que se destinava.

O MOBREAL (Movimento Brasileiro de Alfabetização) também foi um programa de grande repercussão em relação à educação de adultos. Criado pela lei nº 5.379 de 15 de dezembro de 1967, o Mobreal tinha como principal objetivo alfabetizar os jovens e adultos entre 15 e 30 anos. Esse programa atingiu várias localidades do país e sua preocupação estava voltada apenas para o processo de alfabetização, ou seja, ensinar os alunos a ler e escrever. Esse programa teve um grande investimento por parte do governo federal e uma grande fiscalização com a aplicação desses recursos e execução das atividades. Foi realizada uma organização a nível nacional além das comissões municipais espalhadas por todo o país. O MOBREAL foi alvo de muitas críticas pelo curto período destinado à alfabetização e pelos critérios utilizados para verificação na aprendizagem, tanto que foi extinto em 1985, quando seus recursos já não eram tão expressivos, e em seu lugar surgiu a fundação EDUCAR, que passou a apoiar técnica e financeiramente iniciativas de governos estaduais e municipais e entidades civis, abrindo mão do controle político pedagógico que caracterizara até então a ação do MOBREAL.

Em 1971 é criada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Nº 5692. Essa foi uma conquista para a Educação de Jovens e Adultos, pois além de dispor de um capítulo direcionado exclusivamente para essa modalidade de ensino, ela é um aparato legal que podia viabilizar a sua regulamentação. Apesar de não ser uma garantia da sua efetivação, a partir de então se tem um aparato legal no qual a sociedade pode se basear para questionar e buscar melhorias.

A lei distingue as ações nas funções de suplência, suprimento, aprendizagem e a qualificação prevendo um atendimento educativo para aqueles que não haviam realizado ou completado na idade própria a escolarização obrigatória, mantendo os exames supletivos como mecanismos de certificação aos alunos que se submetem a essa modalidade de ensino. (UFBA- FACED, 2009, p.23)

Entretanto, nessa mesma década, o governo federal passou a obrigação da Educação de Jovens e Adultos para os municípios entrando apenas com uma ação complementar. A partir de então, surgem diversas iniciativas numa parceria dos municípios, universidades e ONG's. Nesse período a preocupação maior não era com a erradicação do analfabetismo, mas com a criação de propostas metodológicas capazes de promover uma educação de qualidade aos alunos jovens e adultos. Nessa década houve uma grande mobilização nacional em relação à educação de Jovens e adultos com a organização de fóruns, na qual foram expostas várias idéias e propostas a cerca da melhoria na qualidade da educação de jovens e adultos.

Esta medida, de passar a responsabilidade da educação dos jovens e adultos para o município e entidades não governamentais faz parte de uma política de governo neoliberal, que retira da união à responsabilidade da oferta desta modalidade de ensino, sinalizando paliativos como a aceleração dos estudos dos alunos que não estão dentro da faixa de escolaridade, medida que é adotada cada vez mais pelos estados e municípios para a correção do fluxo do sistema.

Merece destaque também no campo da EJA, a VI CONFINTEA (Conferência Internacional sobre Educação de Pessoas Adultas da Unesco) Esse evento debateu tanto políticas públicas e a melhoria da aprendizagem dos alunos jovens e adultos, como também abriu espaço para debates acerca da educação não formal.

Dessa forma:

A Conferência envolveu os países-membros da UNESCO, agências multilaterais e bilaterais de cooperação, organizações da sociedade civil, setor privado e aprendizes de todas as regiões do mundo. O resultado principal desta conferência foi a elaboração do documento “Marco de Ação de Belém”, que orienta a educação de jovens e adultos para um futuro viável, recomendando ações voltadas para a alfabetização de adultos, políticas públicas, governança, financiamento, participação, equidade, e qualidade na garantia e efetivação do direito a educação de adultos (UFBA -FACED, 2009, p.39)

Muitos congressos e debates ainda são organizados tanto no âmbito nacional quanto internacional, em busca de novas propostas para a educação de jovens e adultos. São desenvolvidos também tanto pelo governo federal quanto pelos municípios, programas destinado aos alunos jovens e adultos, mas ainda estamos longe de alcançar um resultado satisfatório no tocante a melhoria da qualidade do ensino oferecido aos jovens e adultos. Mesmo porque esse resultado faz parte de um contexto que vai além dos muros da escola, devemos levar em consideração também o contexto social e econômico em que vivem esses

alunos que frequentam as classes de EJA.

Portanto, para melhor planejamento e execução das aulas ministradas aos jovens e adultos, buscando respeitar o contexto social e características de cada comunidade escolar, cada instituição deve elaborar um currículo na qual devem estar estabelecidos os conteúdos e metodologias a serem aplicadas nas aulas. O currículo de cada instituição deve estar de acordo com as normas estabelecidas pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos.

### 3 O CURRÍCULO NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

A educação de jovens e adultos destina-se aos alunos que por motivos diversos foram excluídos da escola e impedidos de continuarem os estudos, ou ainda àqueles que não tiveram a oportunidade de iniciar o processo de escolarização na infância.

A maioria desses jovens e adultos vive à margem da sociedade, sendo oprimidos e excluídos de uma vida social digna. Por isso, o currículo destinado à educação desses jovens e adultos precisa possibilitar aos sujeitos ascensão e mudança da situação de marginalizado, excluído e oprimido.

Para Miguel Arroyo:

A EJA tem como sujeitos as camadas rurais, os camponeses excluídos da terra e as camadas urbanas marginalizadas, excluídas dos espaços, dos bens das cidades. Essa realidade de opressão e de exclusão e os saberes e as pedagogias dos oprimidos passaram a ser conteúdos, conhecimentos e saberes sociais trabalhados nas experiências de EJA (ARROYO, 2005, p.229).

Já para Oliveira:

Na perspectiva dominante, educação de jovens e adultos é aquela que se volta para atividades educativas compensatórias, ou seja, para a escolarização de pessoas que não tiveram a oportunidade de acesso à escolarização regular prevista na legislação. (OLIVEIRA, 2007, p.86)

Os alunos que ocupam as aulas de EJA, em sua maioria, são pessoas das classes menos favorecidas que não tiveram acesso à escola ou precisaram abandoná-la para trabalhar sozinhos ou ajudar a família. Essas pessoas sofrem por discriminação por sua classe social, às vezes pela cor (raça) e por não ter tido o direito de frequentar a escola, sofrem também a discriminação de ser analfabeto ou ter pouco domínio dos conteúdos escolares. Essa discriminação é de cunho histórico, pois essas pessoas têm em seu passado origem negra, indígena ou são descendentes de imigrantes que desde tempos remotos foram explorados e não tiveram direito à riqueza que eles mesmos produziram não para si, mas para aqueles que os exploravam e detinham o poder na sociedade. Além de discriminados socialmente e economicamente, não tiveram acesso à escola, e quando tiveram foi com ensino limitado e de pouca qualidade, geralmente, por se tratar de uma escola rural e com poucos recursos. Esses fatores têm se perpetuado ao longo da história do Brasil. Apesar de termos tido avanços em

relação à educação e temos hoje leis que amparam a oferta da educação pública de qualidade, muitas pessoas ainda são privadas desse direito e a escola oferecida às pessoas menos favorecidas nem sempre oferece um ensino adequado e metodologias que favoreçam a permanência dos alunos na escola.

Como destaca o documento do MEC:

Nesta ordem de raciocínio, a Educação de Jovens e Adultos (EJA) representa uma dívida social não reparada para com os que não tiveram acesso a e nem domínio da escrita e leitura como bens sociais, na escola ou fora dela, e tenham sido a força de trabalho empregada na constituição de riquezas e na elevação de obras públicas. Ser privado deste acesso é, de fato, a perda de um instrumento imprescindível para uma presença significativa na convivência social contemporânea (BRASIL, 2000, p.05).

Por isso a educação destinada a esses alunos deve levar em consideração seu modo de vida, suas especificidades e anseios, pois eles são pessoas que já trazem para a sala de aula uma gama de experiências. Além disso, na maioria das vezes são pessoas que já estão ou buscam se inserir no mercado de trabalho, por isso, o ensino destinado a essa parcela da população deve ir além da decodificação de letras e números e muito além do aperfeiçoamento da leitura e da escrita, ele deve prepará-los para a cidadania e para o mundo do trabalho.

Desse modo:

Não se pode considerar a EJA e o novo conceito que a orienta apenas como um processo inicial de alfabetização. A EJA busca formar e incentivar o leitor de livros e das múltiplas linguagens visuais juntamente com as dimensões do trabalho e da cidadania. Ora, isto requer algo mais desta modalidade que tem diante de si pessoas maduras e talhadas por experiências mais longas de vida e de trabalho. Pode-se dizer que estamos diante da função equalizadora da EJA (BRASIL, 2000, p.09-10).

Assim como as demais modalidades de ensino, a EJA dispõe de um currículo que orienta os educadores no planejamento das aulas, tanto referente aos conteúdos a serem ministrados quanto aos procedimentos metodológicos. O currículo não é uma receita, mas um documento que serve de base para a elaboração e execução dos planos de aulas para as classes da EJA, pois é nele que estão dispostos os conteúdos a serem trabalhados com os alunos além de propostas de metodologias a serem aplicadas. Entretanto devemos atentar-nos de que os conteúdos ali propostos foram selecionados e sua seleção e organização estão carregados de intenções, por isso, possuem inevitavelmente intenção política.

Segundo Tomaz Tadeu da Silva:

O currículo não está simplesmente envolvido com a transmissão de fatos e conhecimentos objetivos. O currículo é um local onde, ativamente, se produzem e se criam significados sociais. Esses significados, entretanto, não são simplesmente significados que se situam no nível da consciência pessoal ou individual. Eles estão estreitamente ligados a relações sociais de poder e desigualdade. Além disso, ele se constitui como um local no qual docente e aprendizes tem a oportunidade de examinar, de forma renovada aqueles significados da vida cotidiana que se acostumou a ver como dados e naturais. (SILVA, 1999, p. 55).

A escola é uma instituição política e social que, inserida no modo de produção capitalista, produz e reproduz as relações sociais, desconsiderando, na maioria das vezes, os valores e atitudes que fazem parte da vida cotidiana dos alunos jovens e adultos da classe popular. Dessa forma a escola contribui para a evasão dos alunos que não encontram sentido nos conteúdos aprendidos, nem mesmo incentivo para permanecer nela. A escola deixa de lado os interesses dos alunos, seguindo modelos que não contribuem para o desenvolvimento do seu senso crítico, ao contrário favorece a pacificação contribuindo assim para a perpetuação da lógica capitalista. Desse modo, devemos considerar que a escola não é um local de transmissão apenas de conteúdos escolares, mas é uma instituição na qual também são transmitidos valores e atitudes através do seu currículo e de outras práticas não oficiais.

Nesse sentido destaca Michael Apple:

[...] nós necessitamos deixar de pensar a respeito das escolas como lugares que buscam somente maximizar o rendimento dos alunos. Ao invés dessa perspectiva mais psicológica e individualística, necessitamos interpretar as escolas mais socialmente, culturalmente e estruturalmente. (APPLE, 1986, p.200)

Segundo Tomaz Tadeu (1999, p.31-32), a escola atua ideologicamente através de seu currículo, assim como de sua estrutura física, pedagógica e de seus “silêncios”. Essa atuação ocorre tanto de uma forma mais direta, através das matérias mais suscetíveis ao transporte e crenças explícitas sobre a desejabilidade das estruturas sociais existentes, como História, Geografia, por exemplo; seja de uma forma mais indireta, através de disciplinas mais “técnicas”, como Ciências e Matemática. Além disso, “a ideologia atua de forma discriminatória. Ela inclina as pessoas das classes subordinadas à submissão e a obediência, enquanto as pessoas das classes dominantes aprendem a comandar e a controlar. Essa diferenciação é garantida pelos mecanismos seletivos que fazem com que as crianças das classes dominadas sejam expulsas da escola antes de chegarem àqueles níveis onde se

aprendem os hábitos e habilidades próprios das classes dominantes” (SILVA, 1999, p.32).

Toda essa organização faz parte da lógica capitalista para perpetuar o sistema de classes que atua hoje na sociedade. É preciso que haja os subordinados para que uma pequena parcela da população continue fazendo parte da classe privilegiada e assim se perpetue a ideologia capitalista.

Nessa linha de raciocínio Tomaz Tadeu da Silva afirma que:

A permanência da sociedade capitalista depende da reprodução de seus componentes propriamente econômicos (força de trabalho, meios de produção) e da reprodução de seus componentes ideológicos. Além da continuidade das condições de sua produção material, a sociedade capitalista não se sustentaria se não houvesse mecanismos e instituições encarregadas de garantir que o *status quo* não fosse contestado. Isso pode ser obtido através da força ou do convencimento, da repressão ou da ideologia. O primeiro mecanismo está a cargo dos aparelhos repressivos do estado (a polícia, o judiciário); o segundo é responsabilidade dos aparelhos ideológicos de estado (a religião, a mídia, a escola, a família) (SILVA, 1999, p.31).

Nessa direção, o currículo torna-se um importante meio de transmissão e perpetuação da classe social dominante. Através da seleção dos conteúdos, valores e atitudes transmitidas, seja explícita ou implicitamente. O currículo destinado a Educação de Jovens e Adultos não possibilita aos alunos um conhecimento crítico que os instrumentalize a lutar por melhores condições e sair da situação de marginalizados e oprimidos.

Nessa esteira, Apple menciona que:

As escolas parecem contribuir para a desigualdade na medida em que são tacitamente organizadas para distribuir diferencialmente tipos específicos de conhecimento. Isto está em parte relacionado tanto ao papel da escola de maximizar a produção de “mercadorias” culturais técnicas quanto à função classificatória ou selecionadora das mesmas em alocar pessoas para as posições “exigidas” pelo setor econômico da sociedade. (APPLE, 1982, p.69)

Desse modo, o currículo não é um campo neutro de conhecimentos e precisa ser visto e estudado como um campo onde estruturas sociais e econômicas estão em luta para tornarem-se hegemônicas. Por isso, o conhecimento corporificado no currículo constitui-se como um conhecimento particular, nunca neutro e que reflete os interesses específicos de grupos que o selecionam e o legitimam.

Nessa direção, Apple afirma:

Afinal, a decisão de se definir o conhecimento de alguns grupos como digno de ser transmitido às gerações futuras, enquanto a história e a cultura de outros grupos mal veem a luz do dia, revela algo extremamente importante acerca de quem detém o

poder na sociedade. (APPLE, 1982, p.42)

Essa relação de poder estabelecida nos currículos da Educação de Jovens e Adultos são expressos através da seleção de conteúdos, na medida em que são privilegiados certos conteúdos enquanto outros, considerados menos importantes, são excluídos do currículo.

Isto porque a tendência predominante das propostas curriculares é a da fragmentação do conhecimento e a da organização do currículo numa perspectiva cientificista, excessivamente tecnicista e disciplinarista, que dificulta o estabelecimento de diálogos entre as experiências vividas e os saberes anteriormente tecidos pelos educandos e os conteúdos escolares (OLIVEIRA, 2007, p.86).

Além da fragmentação do conhecimento que é um problema que atinge também o ensino regular, os alunos jovens e adultos ainda convivem com outro entrave que a meu ver é a principal causa da evasão dos alunos adultos; a infantilização. Ainda encontramos professores a frente de uma classe composta de pessoas jovens e adultos trabalhadores, que organizam os conteúdos e utilizam procedimentos metodológicos desenvolvidos com crianças. Muitos ainda se dirigem aos alunos com uma linguagem infantil, muitas vezes carregadas de diminutivos. Essa é sem dúvida uma prática desestimulante para um jovem ou adulto que tem uma vida cheia de experiências que merecem ser valorizadas.

Para Oliveira:

A linguagem e a lógica que preside na escola também não dialoga com os alunos jovens, seja eles oriundos de classes desfavorecidas ou não. Além disso, na imensa maioria das propostas curriculares, a própria organização e seleção de conteúdos não seguem em nenhum momento a complexidade do estar no mundo, da vida cotidiana e das aprendizagens que nela ocorre. Resta que, apesar de todas as dificuldades e entraves a vida real nas escolas sejam elas de crianças, de jovens ou de adultos não ocorre apenas em função das propostas e prescrições curriculares que são formuladas, mas incorporam no seu cotidiano as experiências, saberes e possibilidades dos sujeitos envolvidos na prática cotidiana do ensinar/aprender. (...) Alguns dos problemas que enfrentamos nas escolas decorrem exatamente dessa organização curricular que separa a pessoa que vive e aprende no mundo daquela que deve aprender e apreender os conteúdos escolares. No caso da EJA, outro agravante se interpõe e se relacionam com o fato de que a idade de vivência social e cultural dos educandos é ignorada mantendo-se nessas propostas a lógica infantil dos currículos destinados às crianças que frequentam a escola regular. (OLIVEIRA, 2007, p.88-91).

Ao contrário, Paulo Freire (1980) propõe que se trabalhe com os alunos jovens e adultos o seu cotidiano e a sua realidade, de modo a tornar os conteúdos significativos para os

alunos, despertando assim, maior interesse no aluno, que muitas vezes são trabalhadores e já chegam à sala de aula cansados das tarefas do dia-a-dia.

Como destaca Oliveira:

O que percebemos é que os critérios e modos de seleção e organização curricular não buscam dialogar nem com os saberes nem com os desejos e expectativas dos jovens a que se destinam, permanecendo enclausuradas nas certezas de uma “ciência” que, em nome das suas supostas objetividade e neutralidade, abdica de se comunicar com o mundo das pessoas (OLIVEIRA, 2007, p.91).

Infelizmente a maioria das propostas curriculares está se mostrando incapazes de incorporar as experiências dos alunos como um instrumento a favor da aprendizagem, apesar de terem sido desenvolvidos programas na área da EJA, não se tem notado a incorporação desses estudos que poderia servir de aliado em busca de uma aprendizagem mais significativa.

Segundo Oliveira:

Isso significa que, a despeito de todo o aparato legal e formal do currículo, o trabalho pedagógico sempre se realizará tendo por fundamento essa multiplicidade. Significa, também, que, apesar da seriação e dos procedimentos classificatórios de avaliação, uma sala de aula sempre será constituída de sujeitos que sabem uma série de coisas e deixam de saber outras, num processo incontrolável por quaisquer instrumentos formais, sejam eles de organização de conteúdos ou de avaliação de aprendizagens. Quanto maiores as possibilidades abertas pelo currículo formal para dar conta dessa multiplicidade, mais ele estará inserido no cotidiano da experiência escolar. Quanto mais fechado e definidor se pretender o currículo formal, menos associações terão com a dinâmica cotidiana das salas de aula. Ou seja, ao invés de prescrever o que deve ser a escola, uma proposta curricular precisa dialogar com aquilo que ela é. (OLIVEIRA, 2007, p.94)

Dessa forma, percebe-se que a sala de aula possui uma multiplicidade de experiências e torna-se um ambiente com uma pluralidade de sujeitos que vivem em uma constante troca de experiências, por isso deve-se trabalhar com um currículo “aberto” que favoreça a inserção de novos conteúdos e procedimentos a depender da dinâmica cotidiana da sala de aula e evitar currículos mais fechados que possibilitam apenas a execução de conteúdos e técnicas pré-estabelecidos.

Como explica Arroyo:

Entender, portanto, o currículo como guia curricular é uma forma de compreensão que privilegia a dimensão produto do currículo, deixando de fora todo o processo de produção sociocultural que se estabelece no cotidiano das escolas e classes, no qual interagem com as formas culturais dominantes, permanentemente, outras formas, as

dos sujeitos envolvidos no processo de efetivação das propostas. [...] (ARROYO, 2005, p.235)

Trabalhar com o cotidiano dos alunos na sala de aula e buscar menos as técnicas e procedimentos postos nos currículos são um grande desafio para o professor da EJA. Fugir dos exercícios prontos dos livros didáticos é uma quebra de paradigma, mas só assim incorporando a realidade no currículo e abrindo espaços para modificações a depender da realidade que se apresente, estaremos contribuindo para uma aprendizagem mais significativa.

Arroyo discorre que:

(...) as experiências de vida mais diversas surgem na atividade pedagógica e interferem no trabalho curricular, trazendo ao cotidiano da escola uma multiplicidade e uma riqueza cultural e social não controláveis pelas propostas curriculares (ARROYO, 2005, p.235).

Portanto, a sala de aula constitui-se como um espaço múltiplo, na qual os diversos sujeitos em interação trocam experiências que favorecem ao processo ensino/aprendizagem. Por mais que se busque organizar as classes baseando em características semelhantes a sala de aula será sempre um espaço heterogêneo, onde cada um traz consigo para a sala de aula diversos conhecimentos adquiridos fora do ambiente escolar e experiências que os torna um sujeito único.

Nesse sentido, Arroyo nos deixa um questionamento:

Superar a concepção formalista de currículo depende do reconhecimento da riqueza das práticas cotidianas, da impossibilidade de trabalharmos do mesmo jeito em classes, escolas, espaços distintos, nos quais mudam todo o ambiente espacial, além dos alunos com os quais nos deparamos. Como poderia o currículo real, e a prática cotidiana serem idênticos em situações tão diversas? (ARROYO, 2005, p.232).

Ao longo da história, várias formas de organização curricular foram organizadas e defendidas com o intuito de melhorar a qualidade da educação dos jovens e adultos e evitar assim a evasão que apresenta um índice elevado. Essas novas propostas emergiram da consciência de que a educação destinada aos jovens e adultos não podiam ser as mesmas destinadas às crianças, pois eles têm interesses diferentes e modos de vida diferentes.

Segundo Oliveira:

Começou a emergir a consciência de que alfabetizar adultos requeria o desenvolvimento de um trabalho diferente daquele realizado nas escolas regulares,

destinado a crianças. As necessidades e possibilidades daqueles educandos exigiam o desenvolvimento de propostas adequadas a elas. Uma última questão histórica, relevante para pensarmos o currículo na educação de jovens e adultos, diz respeito ao entendimento a respeito de quem são as pessoas a quem ela se destina. (OLIVEIRA, 2007, p.85)

Por isso, foram organizadas propostas com o objetivo de selecionar e organizar os conteúdos e procedimentos metodológicos a serem utilizados nas aulas de educação de jovens e adultos, de forma a respeitar seu modo de vida, especificidades e necessidades. Embora essas propostas não sejam uma garantia de um ensino mais adequado para essa faixa etária da população, ela representa um avanço nesse campo do ensino.

## 4 REGULAMENTAÇÃO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

### 4.1 A Educação de Jovens e Adultos como Direito

A educação de jovens e adultos é uma modalidade de ensino amparada por lei, portanto, é direito de todos que não tiveram acesso ao ensino na idade “apropriada” ter acesso às aulas de EJA, seja através de cursos regulares ou através de exames supletivos. Nesse sentido a EJA torna-se uma modalidade da educação básica e dever do estado na oferta desse ensino, sendo também direito do cidadão.

Como assinala o documento do MEC:

Assinale-se, então: desde que a Educação de Jovens e Adultos passou a fazer parte constitutiva da lei de diretrizes e bases, tornou-se modalidade da educação básica e é reconhecida como direito público subjetivo na etapa do ensino fundamental. Logo, ela é regular enquanto modalidade de exercício da função reparadora. Portanto, ao assinalar tanto os cursos quanto os exames supletivos, a lei os tem como compreendidos dentro dos novos referenciais legais e da concepção da EJA aí posta (BRASIL, 2000, p.30).

Vale ressaltar que a oferta desse ensino segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996), deve levar em consideração “as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho” propiciando uma educação de qualidade e incentivando a permanência desses alunos na escola.

O documento destaca ainda:

(...) Daí a importância do art. 4º II da LDB que coloca como dever do Estado para com a educação pública de qualidade a garantia da progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio. Este é o caminho para todos os adolescentes e jovens. A exceção fica por conta do art. 24, II, c da LDB devidamente interpretado. Se tal exceção é uma alternativa dentro da função reparadora da EJA, isto não pode significar um aligeiramento das etapas da educação básica como um todo (BRASIL, 2000, p.34).

Baseada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação foram estabelecidas as Diretrizes Curriculares Nacionais, na qual estão dispostas as normas que dão subsídio às instituições de ensino no planejamento do programa e das aulas para a Educação de Jovens e

Adultos.

Assim:

As diretrizes curriculares nacionais da EJA são indispensáveis quando da oferta destes cursos. Elas são obrigatórias, pois, além de significarem a garantia da base comum nacional, serão a referência exigível nos exames para efeito de aferição de resultados e do reconhecimento de certificados de conclusão. (BRASIL, 2000, p.32).

Essas diretrizes são estabelecidas pela Resolução CNE/CEB nº 1, de 05/07/2000 e discutidas no parecer CNE/CEB 11/2000, nas quais estão dispostos as funções da EJA, suas bases legais, como devem ser ministradas as aulas tanto no ensino regular quanto no ensino à distância, enfim, nesse documento estão contidos os procedimentos para a elaboração do planejamento e para a execução do mesmo.

Considerando as normas dispostas tanto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação quanto nas Diretrizes curriculares Nacionais foi elaborada a proposta do MEC para a educação de Jovens e Adultos. Nesse documento estão contidos mais especificamente quais os conteúdos que devem fazer parte do currículo da EJA e propostas de metodologias que auxiliarão na transmissão e assimilação desses conteúdos.

#### 4.2 Proposta do MEC para a Educação de Jovens e Adultos

A proposta curricular do MEC para o ensino fundamental constitui-se numa orientação para os professores da EJA trabalharem em sala de aula. Ela foi elaborada como uma alternativa para orientar o plano de ensino do ensino fundamental da educação de Jovens e Adultos. Entretanto, alguns professores, o utilizam como um currículo pronto e fechado que deve ser utilizada tal qual se encontra em seu planejamento, como foi evidenciado na análise do currículo da escola Municipal Dr. João Garcez Vieira. Essa não é a proposta inicial do currículo, ao contrário, seu objetivo é apenas fornecer parâmetros para que os professores os adequem ao seu ambiente de trabalho de acordo com as necessidades e especificidades de cada comunidade escolar.

O currículo constitui um primeiro nível de planejamento da atividade educativa, na medida em que nele se estabelecem objetivos gerais e seus desdobramentos em objetivos específicos. Nessa perspectiva, ele é uma ferramenta essencial para orientar a ação do educador e a coordenação de sua ação com a de outros educadores envolvidos no mesmo programa. (BRASIL, 2001, p.210).

Em sua proposta, o programa estabelecido pelo MEC deixa algumas lacunas na qual os educadores devem flexibilizar de acordo com a necessidade do momento. Também deixa espaço para trabalhar diversos problemas sociais, cabendo a cada educador articular o conteúdo didático proposto e suas estratégias com as necessidades de suas turmas e de seus alunos.

Esse é um ponto positivo, pois a Educação de Jovens e Adultos é uma modalidade de ensino em que existe uma diversidade de experiências, que o professor pode aproveitar para trabalhar os conteúdos didáticos e assim despertar um maior interesse dos alunos pelos temas em estudo.

Além disso, as estratégias didáticas ali propostas são sugestões, mas caso o professor encontre outros métodos didáticos que melhor o auxiliem na aprendizagem dos alunos, estes devem ser utilizados, pois o principal objetivo é que os alunos aprendam de forma significativa e não mecânica:

(...) É do professor a maior responsabilidade com relação à elaboração desse plano, pois ele deve estar em condições de ir calibrando-o durante sua execução, ou seja, realizando os ajustes necessários mediante a avaliação constante de seu andamento (BRASIL, 2001, p.210).

Conforme o disposto nesse documento, essa proposta é organizada da seguinte forma:

Para cada área, são definidos blocos de conteúdos com um elenco de tópicos a serem estudados. Para cada tópico, há um conjunto de objetivos didáticos, que especificam modos de abordá-los em diferentes graus de aprofundamento. Pelo seu grau de especificidade, esses objetivos oferecem também muitas pistas sobre atividades didáticas que favorecem o desenvolvimento dos conteúdos (BRASIL, 2001, p.16).

A proposta oportuniza problematizar a realidade dos alunos trazendo para a sala de aula o contexto social dos indivíduos. Entretanto, essa proposta requer um conhecimento amplo por parte dos educadores, pois não se trata apenas de abordar aspectos que façam parte do dia-a-dia dos alunos, mas é importante trabalhar com eles aspectos sociais que os ajudem a se situar no mundo e refletir sobre sua condição social para atuar de forma crítica na sociedade. Para tanto, é necessário uma maior preparação ou formação dos educadores, aliás, esse é um dos objetivos dessa proposta, qual seja, o de suscitar e incentivar iniciativas na formação de educadores.

Assim esse profissional do magistério deve estar preparado para interagir empaticamente com esta parcela de estudantes e de estabelecer o exercício do diálogo. Jamais um professor aligeirado ou motivado apenas pela boa vontade ou por um voluntariado idealista e sim um docente que se nutra do geral e também das especificidades que a habilitação como formação sistemática requer (BRASIL, 2000, p.56).

O professor deve fazer uma conexão entre os conhecimentos que os alunos já trazem da sua vivência com os conteúdos escolares, e, dessa forma construir um conhecimento mais sistematizado. Esses saberes que os alunos já trazem são muito importantes, pois se constituem como ponto de partida para o conhecimento mais elaborado. É através desses conhecimentos, promovendo o diálogo em sala de aula que o educador vai conhecer melhor os seus alunos e a partir de então buscar estratégias que melhor contribuam à aprendizagem.

Adquiridos na vivência familiar, comunitária ou profissional, esses saberes são de extrema importância para a relação dos alunos com o meio físico e social; eles não podem, portanto, ser ignorados ou desqualificados frente aos conhecimentos transmitidos pela escola. O desafio que se apresenta ao professor é o de estabelecer conexões entre esses dois universos de conhecimento, permitindo que o aluno amplie suas possibilidades de atuação, fortalecendo sua autoconfiança (BRASIL, 2001, p.175).

Para auxiliar e despertar maior interesse nos alunos propõe-se que sejam trabalhados com os alunos diversos textos, principalmente aqueles que fazem parte do seu dia-a-dia. Isso vai depender da diversidade de experiências que compõe cada turma, por isso, é necessário que o professor investigue a realidade dos alunos como já propunha Paulo Freire e selecione temas geradores que facilite o diálogo e discussão em sala de aula.

O professor deve considerar que em suas experiências fora do ambiente escolar, os alunos, principalmente os jovens e adultos, tem contato com o mundo letrado, aliás, convivem diariamente com as letras, seja no supermercado, no comércio em casa ou em outros ambientes, e esses conhecimentos são trazidos para a sala de aula, mesmo quando são ignorados pelos professores. Cabe ao professor utilizá-los como ponto de partida para despertar nos alunos o interesse para a leitura e a escrita, mas para isso o professor precisa investigar e sondar os conhecimentos prévios dos seus alunos.

Segundo esse documento:

Baseado no que os alunos já sabem é que o professor poderá decidir que novas informações fornecer, para quais aspectos chamar a atenção, de modo que o aluno vá elaborando seus conhecimentos até chegar a um domínio autônomo desse sistema de representação (BRASIL, 2011, p.53-54).

Com efeito, articular o que os alunos já sabem com os conhecimentos sistematizados tem sido um dos desafios de difícil execução, principalmente se atentarmos para o fato de que poucas licenciaturas possibilitam essa discussão em seus tempos e espaços de formação. Sobre a relação entre o conhecido e o conteúdo a ensinar.

Oliveira afirma que:

Trata-se de problematizações das práticas que buscam valorizar a experiência prévia dos educandos como ponto de partida para a construção do conhecimento e a consequente necessidade dos educadores de sistematização de propostas de trabalho na organização de proposições curriculares não prescritivas, que dêem sustentação ao trabalho de sala de aula. (OLIVEIRA, 2010, p.125)

Assim, os alunos se sentirão mais interessados pela aprendizagem, pois muitas vezes eles precisam solicitar a outras pessoas leitoras o auxílio para informar o que está escrito em diversos textos que fazem parte da sua vida diária, ou mesmo para escrever alguma coisa de que necessitem e a possibilidade de eles mesmos decodificarem aqueles símbolos os deixa cada vez mais entusiasmados e interessados com o aperfeiçoamento da leitura e da escrita.

Segundo a proposta do MEC:

A incorporação dos códigos relativos à leitura e à escrita por parte dos alfabetizados e letrados, tornando-os quase que "naturais", e o caráter comum da linguagem oral, obscurece o quanto o acesso a estes bens representa um meio e instrumento de poder. Quem se vê privado deles ou assume este ponto de vista pode aquilatar a perda que deles advém e as conseqüências materiais e simbólicas decorrentes da negação deste direito fundamental face, inclusive, a novas formas de estratificação social (BRASIL, 2000, p.7).

Esse é um dos anseios dos alunos Jovens e Adultos que almejam participar do mundo letrado para serem mais aceitos socialmente. Muitos veem na escola uma oportunidade de mudar a sua condição de vida, e mesmo com uma visão negativa da escola e com muitas dificuldades de acesso e permanência eles continuam vendo na escola uma perspectiva de um futuro melhor.

De todo modo, o não estar em pé de igualdade no interior de uma sociedade predominantemente grafocêntrica, onde o código escrito ocupa posição privilegiada revela-se como problemática a ser enfrentada. Sendo leitura e escrita bens

relevantes, de valor prático e simbólico, o não acesso a graus elevados de letramento é particularmente danoso para a conquista de uma cidadania plena (BRASIL, 2000, p.06).

A alfabetização é um dos principais motivos que levam os alunos adultos a frequentarem as aulas. Na década de 50 a função da EJA era alfabetizar e diminuir o analfabetismo no Brasil que alcançava um índice altíssimo, e ainda hoje não apresenta números satisfatórios e essa, ainda é uma das principais razões que fazem com que muitos jovens e adultos ingressem na escola para sair da condição de analfabeto. Como indica a proposta curricular do MEC para o ensino fundamental, não devemos considerar que um analfabeto esteja completamente excluído da sociedade, pois ele vive em um mundo letrado e decodificam alguns símbolos até para se movimentar na sociedade, mas “para o indivíduo participar politicamente de uma sociedade complexa como a nossa, precisa ter acesso a um conjunto de informações e pensar uma série de problemas que extrapolam suas vivências imediatas e exigem o domínio de instrumentos da cultura letrada” (MEC, 2001, p.39). E essa cultura letrada é adquirida na maioria das vezes, através da escola.

Portanto, tanto os alunos que ingressam na escola na fase inicial da alfabetização, quanto àqueles que retornam a ela depois de um período fora da sala de aula chegam à escola com objetivos traçados e esperam que a escola corresponda a essas expectativas. Dessa forma, o professor deve buscar estratégias que despertem o interesse dos alunos, já que a maioria deles passou pela escola e não tiveram sucesso, seja por experiências ruins na sala de aula, seja por motivos externos, enquanto outros sequer tiveram acesso enquanto criança por diversos motivos. Como indica Cury:

Para uns, foi a necessidade do trabalho precoce, para outros foi a falta de condições materiais e para muitos a própria escola não foi capaz de retê-los estudando. E muitos brasileiros sequer puderam entrar na escola. Para atender a estes, agora há a alternativa da Educação de Jovens e Adultos (EJA) como um recomeço desse importante instrumento de cidadania: a educação escolar. (CURY, 2004, p.308)

Por isso:

[...] o grande desafio é a reconstrução de um vínculo positivo com a escola e, para tanto, o educador deverá considerar em seu projeto pedagógico as expectativas, gostos e modos de ser característicos dos jovens. A imagem que os educandos têm da escola tem muito a ver com a imagem que têm de si mesmos dentro dela. Experiências passadas de fracasso e exclusão normalmente produzem nos jovens e adultos uma auto-imagem negativa (BRASIL, 2001. p.43 ).

De acordo com essa proposta, na área de Língua Portuguesa o objetivo principal é

a aquisição e o aperfeiçoamento da leitura e da escrita. Para tanto, devem ser trabalhados na sala de aula diversos tipos de textos e estratégias que possibilitem ao educando ampliar o seu vocabulário linguístico. É importante também desenvolver no educando a compreensão da função social da leitura e da escrita em diversos contextos da vida social.

Nesse aspecto:

Com relação à linguagem oral, o ambiente escolar deve propiciar situações comunicativas que possibilitem aos educandos a ampliação de seus recursos linguísticos. Em outras palavras, os educandos devem aprender a planejar e adequar seu discurso a diferentes situações formais e informais. Com relação à linguagem escrita, além da compreensão e domínio dos seus mecanismos e recursos básicos, como o sistema de representação alfabética, a ortografia e a pontuação, é essencial que os educandos compreendam suas diferentes funções sociais e conheçam as diferentes características que os textos podem ter, de acordo com essas funções (BRASIL, 2001, p.51).

Em relação à leitura e a escrita, o professor deve buscar estratégias metodológicas que possibilitem ao educando uma leitura significativa, na qual o objetivo não seja apenas decodificar os códigos linguísticos, mas dar sentido ao que ler, pois decodificando apenas os códigos ali escritos ele passará da condição de analfabeto para “analfabeto funcional”, ou seja, lê, mas não é capaz de estabelecer uma conexão crítica com o texto lido. A alfabetização sem dúvida constitui a base para qualquer aluno, seja ele jovem, adulto ou criança, portanto desde o início deve se dar de forma significativa.

Os alunos jovens e adultos possuem uma vida social muito ampla por isso trazem para a sala de aula uma grande variedade linguística, sotaques e expressões de diferentes regiões do país, as gírias dos jovens, os modismos da televisão, e tudo isso deve ser aproveitado pelo professor para a introdução de novos conhecimentos, ou seja, para a aquisição da leitura e da escrita. Claro que inicialmente não deve ser atribuído pelo professor juízo de valor para não provocar constrangimento nos alunos, mas caso necessário o professor pode provocar um debate em sala de aula para interferir em alguns comportamentos ou vocabulário dos alunos.

Nesse ponto é destacado que:

É necessário criar oportunidades de ouvir e falar, reelaborar argumentos a partir de novas informações, construir conceitos, incorporar novas palavras e significados, compreender e avaliar o que ouvimos. Nessas ocasiões, o professor deve chamar a atenção dos alunos para os diferentes modos de falar e os efeitos que podem provocar sobre os que recebem a mensagem. No que diz respeito à linguagem oral, portanto, o papel do professor é mais desinibir, perguntar, comentar e sugerir do que propriamente corrigir (BRASIL, 2011, p.53).

Outro aspecto destacado no documento é a distinção entre a leitura e a escrita. Deve ser explicado para os alunos que não escrevemos da mesma forma que falamos, porque a escrita é um meio de comunicação mais formal, na qual escrevemos para que o outro entenda e como não estão presentes as expressões corporais bem como tons de voz e outros comportamentos, devemos ser o mais claro possível, além de ser uma comunicação que usamos em meios mais formais, por isso necessita ser mais elaborado.

Dessa forma:

O objetivo central em Língua Portuguesa é formar bons leitores e produtores de textos, que saibam apreciar suas qualidades, encontrar e compreender informações escritas, expressar-se de forma clara e adequada à intenção comunicativa. Portanto, atividades que envolvam leitura e produção de textos são essenciais para alcançar esse objetivo (BRASIL, 2001, p.55).

Para alcançar esse objetivo o professor pode utilizar-se de diversas metodologias e recursos, tanto recursos que estão presentes no dia-a-dia da sala de aula, como outros recursos que auxiliem no aperfeiçoamento da aprendizagem. Essas estratégias e metodologias vão depender da acessibilidade aos recursos, mas também da criatividade do professor, que pode utilizar-se de diversos meios e recursos até mesmo solicitados aos alunos como aliados na aprendizagem. Nesse aspecto propõe-se trabalhar com os alunos “a habilidade de ler em voz alta com entonação e dicção adequadas, além da capacidade de processar o texto silenciosamente, pois, a leitura em voz alta exige o esforço adicional de reprodução oral do enunciado, de modo a expressar seu sentido” (BRASIL, 2001, p.64).

Segundo essa proposta “o professor deverá propor atividades que favoreçam a troca de informações entre os colegas, em que o desafio seja a escrita significativa e a ampliação de conhecimentos e não a repetição mecânica de exercícios desvinculados do que o aluno já sabe” (BRASIL, 2001, p.70).

Na área da Matemática, para melhor intercalar com os conhecimentos matemáticos que os alunos já vivenciam, propõe-se trabalhar com problemas matemáticos, não como conteúdo isolado, mas como uma forma de adquirir técnicas com as operações matemáticas. O trabalho com problemas matemáticos é uma oportunidade de trazer para a sala de aula situações que os alunos praticam no seu dia-a-dia, pois diariamente eles utilizam essas operações sem a consciência de estar realizando uma operação matemática e é a partir de situações como essas que o professor tem a oportunidade de sistematizar o conteúdo de forma que se torna mais fácil para o aluno a aquisição do conhecimento. Por isso, é importante trabalhar com o cálculo mental.

Com relação às operações, sugere-se que desde o início os alunos entrem em contato com uma ampla variedade de problemas que os ajudem a compreender os diferentes significados de cada operação. É fundamental que esses significados sejam trabalhados a partir de situações-problema, o que não quer dizer que os educandos tenham que dominar logo de início todas as técnicas operatórias (BRASIL, 2001, p.138).

Os conteúdos matemáticos estão divididos em quatro blocos: “números e operações numéricas, medidas, geometria e introdução à estatística” (BRASIL, 2001 pag. 107). No primeiro bloco, os conteúdos devem deter-se ao estudo dos números naturais, no segundo deve ser abordado conhecimentos relacionados à utilidade prática no dia-a-dia como medidas, em relação à geometria deve-se destacar a noção de espaço, e na estatística deve-se dar ênfase a noção de proporcionalidade.

No terceiro bloco de conteúdos relacionados, a estatística apresenta-se como uma oportunidade para o professor suscitar entre os alunos um trabalho com a comunidade como a coleta de dados para debate em sala de aula. Essa coleta de dados e debate pode ser relacionada a problemas da comunidade dos alunos e a partir de então pode surgir até uma forma de intervenção, surgindo assim, um intercâmbio entre a escola e a comunidade.

Ao lado do aperfeiçoamento do cálculo matemático é necessário que os alunos reconheçam e incorporem a importância e a utilidade do uso desses cálculos não só em situações práticas, mas reconheça que é uma técnica que os acompanhará em seus estudos posteriores.

Na temática “estudos da sociedade e da natureza” objetiva-se desenvolver valores, conhecimentos e habilidades que ajudem os educandos a compreenderem criticamente a realidade em que vivem e nela inserir-se de forma mais consciente e participativa.

Para os conteúdos relacionados ao corpo humano e suas necessidades, propõem-se trabalhar esses conteúdos como orientação para instigar aos alunos a buscar uma melhor

qualidade de vida. Dentro desse bloco de conteúdos o professor deve abrir um diálogo com os alunos de como suprir as nossas necessidades vitais. Dessa forma, podem ser trabalhados em sala de aula cuidados com alimentos, e outras temáticas relacionadas à saúde.

Por se tratar de uma classe composta por alunos jovens, adultos e algumas vezes idosos, uma temática proposta pelo MEC e que acredito estar muito bem colocado dentro do bloco de conhecimentos sobre o corpo humano são temas relacionados a DSTs, gravidez na adolescência, uso de contraceptivos e outros assuntos relacionados a sexualidade. Essa abordagem em sala de aula pode ser uma oportunidade dos alunos esclarecerem algumas dúvidas e desenvolverem uma maior consciência sobre essas questões. Muitas pessoas, principalmente da periferia não tem muito conhecimento nesse aspecto e acabam se baseando sempre no senso comum, que muitas vezes são concepções errôneas, e é papel do educador esclarecer para os alunos suas inquietações e propiciar um debate que os faça sentirem-se a vontade para esclarecer suas dúvidas.

Dentro dessa mesma temática no bloco, propõe-se trabalhar com os alunos em sala de aula temas como planejamento familiar e as responsabilidades da paternidade. Esse tema é de extrema relevância para a discussão, principalmente entre os adolescentes que cada vez mais iniciam sua vida sexual precocemente, e, em muitas situações, sem conhecimento sobre seu corpo e as implicações de uma gravidez e ou paternidade precoces.

Em relação às drogas, a proposta indica que o tema possibilita à escola desenvolver projetos com a comunidade, envolvendo os alunos, com vistas a conhecer as implicações do uso de drogas. Dessa forma, podem ser organizados seminários, debates e outras dinâmicas que facilitem aos alunos e à comunidade inteirar-se dessa problemática.

A cultura é outro tema bastante destacado. Segundo a proposta do MEC (2001), os alunos devem se reconhecer como sujeitos produtores de cultura, em contrapartida devem respeitar outras culturas diferentes da sua. Nesse ponto é desenvolvido entre os alunos o respeito pelas diferenças contribuindo para romper com atos de preconceitos.

[...] o objetivo geral do trabalho com os conteúdos que lhe são próximos é criar as condições para que os alunos entendam que a identidade dos diversos grupos sociais é garantida pelo conjunto de conhecimentos, crenças, moral, costumes, leis e hábitos desenvolvidos pelos seus integrantes. São esses elementos que lhes conferem traços próprios, diferenciando- os de outros (BRASIL, 2001, p.185).

Essa proposta de organização de ensino aborda também a importância do resgate da autoestima e valorização da identidade pessoal e cultural dos indivíduos através da rememoração de suas histórias de vida, ressaltando que deve ser respeitado o limite de cada

um, considerando que essa iniciativa é um estímulo para melhor integração e participação entre o grupo, promovendo um melhor convívio na comunidade escolar. Por isso, um dos objetivos dessa proposta é recuperar a história pessoal por meio de relatos orais, escritos, desenhos ou dramatizações, valorizando positivamente a experiência de vida dos educandos e estabelecendo uma relação empática e solidária com os colegas, respeitando as diferenças socioculturais, de gênero, geração e etnia presentes no grupo.

Outro aspecto importante destacado nessa proposta é o debate que deve ocorrer na sala de aula referente aos meios de comunicação de massa, principalmente o rádio e a televisão. Esse é um ponto significativo para discussão considerando a influência que esses meios exercem em nossa sociedade. É importante que o professor oriente a discussão dos alunos para os pontos positivos e negativos desses meios de comunicação em nossa sociedade, mostrando a influência que esses meios estabelecem em nossas vidas, que ocorre de forma tão massiva, mas que não percebemos se não analisados criticamente.

São destacadas também as relações de trabalho, na qual os alunos podem intervir muito com seus relatos de experiência e expondo suas opiniões a respeito desse tema, trazendo abordagens de vantagens, desvantagens e anseios, e esse pode tornar-se um meio de investigação do professor para conhecer melhor a vida dos alunos e suas perspectivas de vida. Engajado nesse tema pode ser introduzido a discussão sobre cidadania, deveres e direitos de cada um, como proposta também expressa nesse documento.

Devemos considerar que os alunos jovens e adultos são pessoas que passam por diversas discriminações na sociedade, e quando chegam à escola também encontram uma instituição vazia de recursos que não incentiva a sua permanência nela. A realidade das escolas públicas hoje é muito precária, falta material didático, as dependências físicas são degradadas, os professores mal remunerados, tudo isso se torna um empecilho para a aprendizagem dos alunos.

Outro ponto a considerar é que muitas vezes, os professores que assumem as classes de Educação de jovens e adultos não são preparados. Eles são inseridos nas salas de EJA sem antes passar por um curso preparatório, por isso chegam a sala de aula sem metodologias apropriadas. Além disso, a falta de uma formação continuada não contribui para uma melhor qualidade do ensino, pois mesmo os professores que já atuam na área da EJA, precisam está se qualificando, participando de seminários e outros eventos que lhes dê mais subsídios para melhor atuação com os jovens e adultos.

Desse modo:

Cabe também às instituições formadoras o papel de propiciar uma profissionalização e qualificação de docentes dentro de um projeto pedagógico em que as diretrizes considerem os perfis dos destinatários da EJA.. [...] Outro elemento importante a se considerar é que tal combinação da faixa etária e nível de conhecimentos exige professores com carga horária conveniente e turmas adequadas para se aquilatar o progresso obtido, propiciar a avaliação contínua, identificar insuficiências, carências, aproveitar outras formas de socialização e buscar meios pedagógicos de superação dos problemas. (BRASIL, 2000, p.28-35).

Não há uma preocupação por parte do governo em oferecer aos professores antes de assumir uma classe de EJA um curso preparatório, ao contrário às vezes são designados para as classes de EJA aqueles professores que já estão no fim da carreira, o que causa certo desânimo e os mais prejudicados são os jovens que chegam à escola com uma grande expectativa e algumas vezes elas não são atendidas.

Outro aspecto importante a se destacar é que as classes de Educação de jovens e adultos estão se tornando cada vez mais jovens, ou seja, os jovens que reprovam, com frequência, acabam saindo da escola e aguardando atingir a idade adequada para se inserir nas classes de educação de jovens e adultos. Por isso os professores devem trazer para a sala de aula diversos temas sociais para debater com os alunos. Essa é uma grande oportunidade de discussão de temas tão importante hoje para a faixa etária jovem. O professor deve sondar também os modismos que estão circulando no meio jovem para trazer para a sala e aula a fim de torná-lo mais um aliado na aprendizagem.

É fato também que com essa juvenização da educação na modalidade EJA, os professores estão enfrentando maiores problemas na sala de aula como a rebeldia, a violência e as drogas que está cada vez mais presente no meio escolar, principalmente nos horários que são ministradas aulas para jovens e adultos.

Portanto, não só na EJA, mas em todas as modalidades de ensino os educadores precisam estar constantemente refletindo e avaliando sua prática educativa para aperfeiçoá-la. Por isso, se torna tão importante a formulação de objetivos e ponto de partida que orientará e possibilitará essa análise de desempenho.

Segundo o MEC, o professor:

(...) deve avaliar, ao longo de todo o processo, tanto a dinâmica geral do grupo, que vai lhe dar indicações quanto à necessidade de modificar as linhas gerais do plano, quanto o desempenho de cada um dos alunos, o que pode lhe indicar a necessidade de criar estratégias pontuais ou dirigidas a alunos específicos. Nessa perspectiva, não se avalia apenas o que os alunos sabem ou não fazer: está se avaliando também a proposta pedagógica e a adequação do tipo de ajuda que o professor está oferecendo a seus alunos (BRASIL, 2001, p.225).

Essa proposta formulada pelo MEC foi uma iniciativa que favoreceu a formulação de objetivos, metodologias e organização dos conteúdos didáticos a serem ministrados nas aulas de Educação de Jovens e Adultos. Mas é claro que aliado a essa proposta é necessário mais incentivo por parte do governo, tanto no que concerne a investimentos quanto na oferta de cursos preparatórios para os professores que atuam na área da educação de Jovens e Adultos. Há ainda a necessidade de políticas para estender o atendimento a jovens e adultos, materiais didáticos de apoio, pesquisas que intervenham no ensino, ou seja, pesquisas que disponibilizem as deficiências, mas que apontem alternativas capazes de sanar os problemas de aprendizagens que se apresentam na EJA.

## **5 ANÁLISE DA PROPOSTA CURRICULAR DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS DA ESCOLA MUNICIPAL DR. JOÃO GARCEZ VIEIRA**

A escola Municipal Dr. João Garcez Vieira não possui currículo próprio sistematizado para a Educação de Jovens e Adultos. Como referência para essa modalidade de ensino é utilizado o currículo elaborado pela Secretaria de Estado da Educação- SEED/SE. Considero aqui como currículo não apenas o currículo oficial na qual estão dispostos os conteúdos a serem trabalhados em cada etapa do ensino da EJA, mas também os outros elementos que dão direção às aulas da EJA como, por exemplo, o livro didático, metodologias, e tecnologias das mais diversas, portanto, como este é um recurso didático muito utilizado pelo professor, como guia tanto na escolha do conteúdo a ser ensinado quanto na elaboração das atividades, faremos também uma análise das suas atividades e conteúdos, especificamente do livro didático utilizado na primeira etapa que constitui a alfabetização.

O currículo adotado pela escola faz parte do projeto Educação de Jovens e Adultos do Ensino Fundamental (EJAEF/1ªFase) elaborado pela Secretaria de Estado da Educação. Esse currículo apresenta os procedimentos metodológicos e conteúdos a serem ministrados nas aulas da EJA na 1ª fase, ou seja, da 1ª a 4ª série e está dividido em 6 áreas do conhecimento: Língua Portuguesa, Matemática, Estudos da Sociedade e da Natureza, Cultura e Arte, Ensino Religioso e Educação Física. Esse projeto tem como principal objetivo “satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem dos jovens e adultos, provendo-lhes as competências fundamentais requeridas para a plena participação na vida econômica, social, política e cultural do País” (SERGIPE, [entre 2002 e 2006], p.14). Dessa forma espera-se através dele elevar a qualidade do processo ensino/aprendizagem da primeira fase do Ensino Fundamental de jovens e adultos.

Na área de Língua Portuguesa orienta-se trabalhar atividades que envolvam a leitura e a produção de textos, para atingir os objetivos que tem como princípio “o desenvolvimento da linguagem oral, da escrita e da leitura, formando assim bons leitores e produtores de texto, que saibam apreciar suas qualidades, encontrar e compreender informações escritas e expressar-se de forma clara e adequada” (SERGIPE, [entre 2002 e 2006], p.35).

Em relação à matemática prioriza o desenvolvimento de capacidades fundamentais para a estruturação do pensamento e do raciocínio lógico. Dessa forma a orientação é trabalhar com os alunos problemas que envolvam elementos do seu cotidiano, ajudando-os a interpretar a realidade em que vive, sem deixar de lado as exigências do mundo do trabalho.

Na área do estudo da sociedade e da Natureza, busca-se propiciar “além do acesso a informações relativas às suas vivências imediatas, estimular o interesse dos educandos por abordagens mais abrangentes sobre a realidade, familiarizando-os, de modo bastante introdutório, com alguns conhecimentos e procedimentos das ciências sociais e naturais” (SERGIPE, [entre 2002 e 2006], p.36).

Na Cultura e Arte o objetivo é criar as condições para que os alunos entendam que “a identidade dos diversos grupos sociais é garantida pelo conjunto de conhecimentos, crenças, moral, costumes, leis e hábitos desenvolvidos pelos seus integrantes”. (SERGIPE, [entre 2002 e 2006], p.36). Nesse contexto pode-se abrir um diálogo sobre a problemática da discriminação e preconceito. Outro ponto interessante destacado nesse grupo de conteúdos é a abordagem dos meios de comunicação de massa enquanto veículo importantíssimo de disseminação da cultura, mas também como um importante disseminador de padrões de consumo, gostos e valores, assim como propõe o MEC.

Já no ensino religioso a preocupação é apenas com o conhecimento dos “elementos básicos que compõem o fenômeno religioso, favorecendo o diálogo no dinamismo da decodificação e codificação dos símbolos religiosos, da alteridade e da ideia do transcendente” (SERGIPE, [entre 2002 e 2006], p.37). Ressaltando que o ensino religioso não é obrigatório e sim opcional.

Analisando esse currículo verificamos que ele, em quase sua totalidade ,segue as normas do MEC, pois alguns itens são apenas transcrição do documento elaborado pelo MEC para a educação de jovens e adultos. Observemos objetivos comuns nos dois documentos:

O ambiente escolar deve propiciar situações comunicativas que possibilitem aos educandos a ampliação de seus recursos linguísticos. Em outras palavras, os educandos devem aprender a planejar e adequar seu discurso a diferentes situações formais e informais. (BRASIL, 2001, p.5/ SERGIPE, [entre 2002 e 2006], p.34).

Na escola, o professor deve criar situações em que os educandos exponham e reconheçam aquilo que já sabem sobre a escrita. Baseado no que os alunos já sabem é que o professor poderá decidir que novas informações fornecer, para quais aspectos chamar a atenção, de modo que o aluno vá elaborando seus conhecimentos

até chegar a um domínio autônomo desse sistema de representação. (MEC, 2001, p.53/ SERGIPE, [entre 2002 e 2006]. p.34).

Diante de uma situação de aprendizagem, também é importante que o professor situe os alunos, explicando os objetivos, as aplicações do que está sendo estudado e as possíveis relações com os outros campos de conhecimento (MEC, 2001, p. 101/SERGIPE, [entre 2002 e 2006], p.35).

Um ponto a destacar nessa proposta curricular é que tanto na área de língua Portuguesa quanto nas demais áreas a orientação é partir dos conhecimentos prévios dos alunos para a introdução de novos conhecimentos para melhor compreensão e interesse dos alunos. Outro ponto que merece destaque é que na área de Língua Portuguesa um dos objetivos é respeitar a variedade linguística que caracteriza a comunidade dos falantes, dessa forma, o professor deve ter o cuidado para não “tachar” a fala dos alunos de errada, mais respeitar sua linguagem ressaltando que vivemos em um meio social na qual foi determinada uma forma de linguagem considerada “cultura” que deve servir como base, por isso, essa é a linguagem que aprendemos na escola, não por ser a única correta, mas que por convenção tornou-se a linguagem aceita em situações formais tanto no que se refere à fala quanto na escrita.

Como destaca Soares (2010) quando o aluno chega à escola para ser alfabetizado ele já domina um dialeto da língua oral que pode se aproximar das normas da língua culta ou estar muito distante do considerado língua padrão. Apesar de ser tão exigida na escola, ninguém fala exatamente como está disposto na língua culta, portanto são apenas convenções que devem ser explicadas ao aluno. Aproveitando esse contexto, o professor pode explorar com os alunos a diferença entre a fala e a escrita, pois ambas são utilizadas de forma diferente.

De acordo com essa proposta curricular e seguindo a proposta do MEC, a avaliação deve se dar de forma contínua e sistemática, possibilitando assim ao professor e ao aluno conhecer suas dificuldades e planejar estratégias que auxiliem na aprendizagem.

Nesse sentido, essa proposta apresenta os conteúdos a serem trabalhados na EJA, a meta e os objetivos a alcançar, entretanto, é o professor investigando e conhecendo sua turma que irá saber quais os procedimentos necessários a serem utilizados para buscar alcançar esses objetivos.

Satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem dos jovens e adultos, conforme a meta estabelecida nesse currículo, não será uma tarefa fácil, mesmo porque as necessidades de aprendizagem não serão resolvidas somente com um currículo bem

elaborado. Esse é apenas um pequeno passo. Além disso, não adianta um currículo bem elaborado se ele não for adequado às necessidades dos alunos, que não são iguais em todas as comunidades. Por isso, a participação do professor nesse processo é de fundamental importância, pois é ele quem está diariamente com os alunos e conhece as suas necessidades e fragilidades, são as características que se apresentarão no decorrer do curso que definirão novos objetivos e conseqüentemente os conteúdos e procedimentos que deverão ser inclusos nesse currículo.

Portanto, o currículo mesmo estando de acordo com a proposta do MEC que é considerada a mais adequada para ser trabalhada com os alunos nessa e nas demais modalidades de ensino, não terá serventia nenhuma se não for aplicado de forma a contribuir para a aprendizagem dos alunos.

Um dos materiais pedagógicos disponibilizados aos professores e alunos é o livro didático. Este foi cedido pela secretaria Municipal de Educação de Nossa Sra do Socorro em parceria com a Secretaria Estadual de Educação. Entretanto, como inicialmente chegou à escola em número insuficiente, os alunos só tiveram acesso aos livros no segundo semestre do presente ano. Mesmo no período em que os alunos não tiveram acesso, os professores utilizavam a publicação destinada aos professores para seleção dos conteúdos e elaboração das atividades. Como nessa instituição não há biblioteca, e recursos complementares, o livro cedido para os alunos torna-se o único material utilizado nas aulas.

O livro didático utilizado, junto ao currículo exposto, faz parte do Projeto "Identidade" intitulado "Letramento Alfabetização Linguística e Alfabetização Matemática" de Lidia Laguna de Oliveira e Luiz Roberto Dante. O livro é dividido em duas partes: a primeira relacionada à alfabetização (Língua Portuguesa) e a segunda a Alfabetização Matemática. De acordo com a proposta do MEC para a EJA acredito que o livro contempla alguns aspectos considerados oportunos para os alunos Jovens e Adultos, entretanto, outros conteúdos considerados importantes não são abordados e ainda alguns que são abordados não favorecem a uma aprendizagem significativa, ou seja, não favorece o diálogo entre os alunos e não promove a reflexão.

Para apresentar as letras e os números no livro são apresentadas atividades de pontilhados para os alunos cobrirem e repetirem tanto letras e frases na parte de Língua Portuguesa quanto os números na parte da Matemática. Seja qual for o objetivo dessas atividades, para ajudar na coordenação motora ou para aprender o formato das letras e números, nos parece que elas são desnecessárias. Se as crianças quando chegam à escola para serem alfabetizadas já tiveram contato com as letras e números, ainda mais os adultos que

frequentam diversos locais e realizam diversas atividades na qual entram em contato com o mundo letrado. Portanto, a apresentação das letras e números para eles não será uma atividade difícil, embora a associação dos fonemas e grafemas muitas vezes torne-se complexo. Mesmo nunca tendo realizado atividades de escrita é desnecessário atividades de pontilhado em que os alunos precisam cobrir por várias vezes uma mesma letra, em alguns casos os professores ainda os orientam a cobrir e repetir o som que a mesma representa isoladamente, sem reconhecer que em outras situações ela pode apresentar um som diferente e assim dificultar a compreensão do aluno.

Atividades como essas de mera repetição são cansativas e podem desestimular os alunos que muitas vezes chegam à escola cansados das tarefas diárias e precisam de metodologias que os incentivem a aprender e a continuar o processo de aprendizagem.

Como indica Moura:

[...] os adultos convivem toda a vida com as diferentes formas de escrita. Esta, porém, não se constitui, durante toda a sua história, num objeto de atenção, reflexão, conhecimento. Sua realidade sócio-cultural permite que eles criem estratégias de sobrevivência num mundo letrado, sem descodificá-lo em sua forma gráfica. Buscam a escola quando são premiados pela necessidade de se instrumentalizarem para conseguir um emprego, para melhorar no que estão ou pelas exigências de convivência e sobrevivência na sociedade (MOURA, 1999, p.118).

O ideal é a apresentação da letra na palavra, assim o aluno já vai entendendo e associando a forma da letra com o som que muitas vezes pode modificar a depender da posição na palavra. A palavra, por conseguinte deve estar ligada ao contexto social dos alunos e deve ter um significado que faça com que os alunos reflitam, como indica Paulo Freire:

Com o método Paulo Freire, os alfabetizados partem de algumas poucas palavras que lhes servem para gerar seu universo vocabular. Antes, porém, conscientizam o poder criador dessas palavras: são elas que geram o seu mundo. São significações que se constituem em comportamentos seus; portanto, significações do mundo, mas sua também. Assim, ao visualizarem a palavra escrita, em sua ambígua autonomia, já estão conscientes da dignidade de que ela é portadora, a alfabetização não é um jogo de palavras, é a consciência reflexiva da cultura, a reconstrução crítica do mundo humano, a abertura de novos caminhos, o projeto histórico de um mundo comum, a bravura de dizer a sua palavra. (FREIRE, 1980, p.14)

Na área de Língua Portuguesa são apresentados diversos tipos de textos, tanto curtos como longos. Dentre eles encontramos alguns que possibilitam uma discussão de questões do cotidiano, como segue:

Fui lá e o funcionário mandou assinar, eu assinei. Ele falou que estava muito feio; assinei primeiro numa folha para poder assinar depois no documento. Aí o homem falou: ‘seu nome não está correto; dá o dedo aí’. Sujou meu dedo, sujou o papel e nunca mais fui lá buscar. Passei muitos dias pensando e resolvi estudar para não passar mais vergonha (OLIVEIRA E DANTE, 2009, p.13).  
 [...] perdi vários empregos para ganhar bem por causa do estudo. O homem falou: ‘quem não sabe ler escrever pode sair’. Me senti triste e humilhado. É muita discriminação (OLIVEIRA E DANTE, 2009, p.13).

Ambos os textos possibilitam a discussão em sala de aula sobre a questão da importância da leitura e da escrita em uma sociedade letrada como a nossa. Pode ser aberto um diálogo também sobre a discriminação que as pessoas analfabetas sofrem e a dificuldade em encontrar emprego. Em consonância pode-se abrir um debate para que os alunos exponham experiências semelhantes, inclusive expondo se o fato da dificuldade em encontrar emprego ou a discriminação já sofrida por eles foi o motivo pelo qual eles procuraram a EJA, ao passo que esse diálogo pode servir como fonte de investigação para o professor conhecer melhor os seus alunos e suas expectativas, logo poderá melhor planejar as suas aulas.

Além desse texto, encontramos outros textos com temas bastante diversificados como cidadania, diversidade, identidade, assuntos estes que pode gerar uma discussão em sala de aula.

Em contrapartida as atividades relacionadas aos mesmos não levam os alunos a uma reflexão, mas exigem apenas uma mera transcrição de partes do texto. Quando apresenta uma pergunta mais elaborada que não está diretamente no texto, tem-se a impressão que são perguntas que não possibilitam que se estabeleçam relações entre o que foi discutido no texto e conhecimentos de mundo que por ventura os alunos já tenham. Segue alguns exemplos de atividades extraídas do livro:

Qual o principal tema do texto?  
 Você acha que o título do texto foi bem escolhido?  
 Que outro título você daria ao texto? (OLIVEIRA E DANTE, 2009, p.74).

O texto a que se refere a atividade acima, “Na Ponta dos Dedos”, trata da descoberta da impressão digital e algumas situações que a utilizamos hoje. Esse texto poderia vir acompanhado de atividades que estimulasse os alunos a debaterem o assunto, expondo seu ponto de vista em relação às contribuições que a impressão digital tem inclusive posicionando-se contra ou a favor à sua utilidade.

Segundo Freire (1980) é importante também trabalhar com os alunos palavras e textos que façam parte da sua realidade, pois os alunos jovens e adultos já têm visões de

mundo e podem dialogar sobre diversos assuntos, pois segundo esse autor a leitura do mundo precede a leitura da palavra. Como afirma Freire (1983, p.47), “não podem deixar de propor aos educandos, uma reflexão crítica sobre o concreto, sobre a realidade nacional, sobre o momento presente da reconstrução, com seus desafios a responder e suas dificuldades a superar”.

Nas classes de EJA é preciso provocar nos alunos uma reflexão para que eles ampliem sua visão sobre sua realidade, para a partir de então agir criticamente no mundo em que vive. Portanto, a escola precisa se apropriar da ideia de que sua função vai além do ensino da leitura e da escrita, como destaca Soares:

Aprender a ler e a escrever, para a escola, parece apenas significar a aquisição de um "instrumento" para a futura obtenção de conhecimentos; a escola desconhece a alfabetização como forma de pensamento, processo de construção do saber e meio de conquista de poder político (SOARES, 2010, p.22).

Desse modo, a escola precisa reconhecer que sua função vai além do ensino das técnicas de leitura e escrita, principalmente em uma classe de Educação de Jovens e Adultos composta por pessoas que chegam tardiamente à escola com o objetivo de sair da condição de analfabeto, mas também da condição de discriminação na qual se encontram. A escola pode representar para esses sujeitos a possibilidade de inclusão social. Como afirma Moura (1999):

[...] Ela deveria permitir que os sujeitos chegassem ao domínio da escrita sim, mas deveria, acima de tudo, propiciar modificações substanciais na forma de pensar e agir dos sujeitos, a fim de que pudessem, de forma consciente, se engajar nas instâncias organizativas da sociedade, possibilitando uma intervenção em busca de sua transformação (MOURA, 1999, p.86).

Contudo, como já mencionado anteriormente, essa não é uma preocupação da escola, pois se assim ocorrer ela estará formando sujeitos críticos, cientes tanto dos seus deveres quanto dos seus direitos, capazes de saber seu lugar no mundo e sair da passividade, cobrando da sociedade condições mais justas, como por exemplo, o direito à cidadania, que implica o direito à educação, à saúde, à participação e a condições dignas de trabalho e moradia, entre outros direitos. Contudo, a escola como uma instituição moldada no modelo capitalista, nos parece que não prioriza o desenvolvimento de uma proposta curricular que possibilite à formação crítica e reflexiva. Como destaca Soares:

E isso porque a introdução tanto da criança quanto do adulto no mundo da escrita vem-se fazendo, quase sempre, mais para controlar, regular o exercício da cidadania

que para liberar para esse exercício. É uma introdução no mundo da escrita que não têm levado os indivíduos, particularmente os das classes trabalhadoras, além do limiar desse mundo, funcionando mesmo como fator de discriminação: alfabetiza-se para que o indivíduo seja mais produtivo ao sistema, não para que se aproprie de um bem cultural fundamental à conquista da cidadania; basta lembrar que, embora se ensine a ler e a escrever, dificulta-se, até impossibilita-se, o acesso à leitura: onde estão as bibliotecas escolares e públicas? onde estão as livrarias? onde está o livro a preço acessível? (SOARES, 2010, p.59)

Na área da Matemática são abordados três blocos de conteúdos sugeridos pelo MEC: número e operações numéricas, medidas, e geometria. Dos blocos sugeridos não consta no livro conteúdos relacionados à estatística, um conteúdo que poderia proporcionar um grande debate em sala de aula, além de pesquisas e experiências tanto na sala de aula quanto na comunidade. No primeiro bloco, para explicação das quatro operações são utilizados recursos como: calendário, apostas de jogos, cheques. Também são explorados problemas envolvendo situações vivenciadas pelos alunos no dia-a-dia. Entretanto, observa-se que as atividades de cálculos requerem apenas operações simples e diretas, quando deveria explorar através de problemas o raciocínio lógico e o cálculo mental. Segue exemplo de atividades matemáticas:

Escreva o resultado de:  $63+4$ , e  $71-3$   
 (...) Escreva: dois números pares maiores do que 40,  
 Dois números ímpares menores do que 50,  
 Que número está entre os números 35 e 37?  
 Para encher esta jarra são necessários 6 copos de suco. Quantas destas jarras podem encher com 30 copos de suco? (p.167)  
 Num dia de festa, João, que é pipoqueiro, ganhou R\$ 54,00. No dia seguinte ele ganhou R\$ 35,00. Nos dois dias ele ganhou? (OLIVEIRA e DANTE, p.156-157).

Outro ponto a destacar é a separação das quatro operações. Elas são abordadas no livro de forma separada. Contudo, no dia-a-dia utilizamos essas operações sem a preocupação de separar se é uma adição subtração, divisão ou multiplicação. Devemos considerar que os alunos jovens e adultos na sua vida diária se deparam com diversas situações na qual precisam realizar operações matemáticas, como destaca Moura:

As pressões de vida e de trabalho os obrigam a aprender, interpretar e a realizar operações com números. Normalmente falta-lhe fazer uma distinção entre os cálculos que já sabem fazer e a representação gráfica do referido cálculo, que em geral ignoram, tanto como é preciso distinguir entre as quantidades verbalizadas que a maioria já domina e a representação de referidas quantidades, principalmente a formulação de problemas a partir das centenas. Esses conhecimentos não ocorrem com as crianças, que somente aprenderão durante a vida escolar, tanto as operações elementares, como sua representação convencional (MOURA, 1999, p.119).

Portanto, os alunos já convivem com essas operações, seja em casa, no trabalho, no supermercado e outros espaços de vivência. Eles realizam essas operações sem ter a consciência da formalização e essa deve ser uma relação estabelecida pelo professor entre os conhecimentos prévios dos alunos e o conteúdo escolar, sem a necessidade de fragmentar o conhecimento considerando o aluno incapaz de compreender e realizar tais operações.

Mesmo o livro sendo direcionado para a Alfabetização, poderia aproveitar o ensino da leitura e da escrita e o aperfeiçoamento das operações Matemáticas para abordar outros conteúdos e temas sociais, já que está direcionada para a EJA, uma modalidade de ensino na qual os alunos são ricos em informações que podem ser compartilhadas e ao mesmo tempo carentes de esclarecimentos sobre diversos assuntos. Sem dúvida mesmo não constando no currículo oficial ou no livro didático, o professor pode, aliás, deve introduzir esses conteúdos na sala de aula. Estes podem ser utilizados para o desenvolvimento da escrita ou para criar um problema matemático, assim os alunos participarão mais nas aulas e sentirão maior interesse na aprendizagem.

Como já abordado no terceiro capítulo é através dessa seleção e fragmentação dos conteúdos que o currículo se constitui como objeto de poder, contribuindo assim com o modelo de sociedade hegemônica. É através dessa fragmentação, entre outros, que o currículo determina o tipo de indivíduo a formar, se sujeitos passivos ou reflexivos. É passando para os alunos uma educação mecânica, na qual os indivíduos apenas aprendem superficialmente, sem ali construir uma reflexão que ele vai contribuir para que a divisão de classe permaneça, e os alunos jovens e adultos que frequentam os cursos da EJA, permaneçam na condição social em que se encontram de sujeitos marginalizados. É dessa forma, utilizando atividades de mera transcrição do texto que eles estão contribuindo para que os alunos continuem sujeitos passivos incapazes de refletir sobre o seu papel na sociedade e reivindicar seus direitos. A seleção desses conteúdos não é desinteressada, ela tem um objetivos, contribuir para que a sociedade permaneça na lógica do capitalismo, de um lado os que detêm o poder ou dominantes e de outro o que são dominados.

Como destaca Freire:

As relações entre a educação enquanto subsistema e o sistema maior são relações dinâmicas, contraditórias e não mecânicas. A educação reproduz a ideologia dominante, é certo, mas não faz apenas isto. Nem mesmo em sociedades altamente modernizadas, com classes dominantes realmente competentes e conscientes do papel da educação, ela é apenas reprodutora da ideologia daquelas classes. As contradições que caracterizam a sociedade como está sendo penetram a intimidade das instituições pedagógicas em que a educação sistemática se está dando e alteram

o seu papel ou o seu esforço reprodutor da ideologia dominante (FREIRE, 1982, p.28).

Contudo, o livro traz textos com abordagens interessantes, mas também deixa de discutir outros conteúdos, até propostos pelo MEC, ou seja, foi dada prioridade a alguns conteúdos, enquanto outros deixaram de fazer parte do currículo. Além disso, muitos conteúdos não foram tratados de forma a contribuir para uma reflexão por parte dos alunos. Mas é nesse aspecto que se torna muito importante o papel do educador. O professor comprometido com uma educação reflexiva pode aproveitar esses conteúdos e ampliar o diálogo em sala de aula que leve os alunos a refletirem inclusive sobre essa seleção, além de incluir em seu planejamento outros conteúdos que não foram propostos, mas que são importantes discutir entre os alunos. Dessa forma ele estará contribuindo para uma aprendizagem problematizadora.

Entretanto, muitos professores utilizam o currículo ou livro didático como modelo, e como tal não se pode fugir de nada que esteja escrito, nem introduzir coisas novas, e a prática pedagógica deve sempre ser múltipla e dinâmica. Desse modo os conteúdos são transcritos e as atividades reproduzidas tal qual no modelo. Muitas vezes o aluno não tem a oportunidade nem de opinar, muito menos de dar uma resposta que não consta no livro do professor. Por isso, os conteúdos e atividades ali propostos devem trazer diversas abordagens e estimular a participação dos alunos, assim como experiências na qual venham a recorrer a outros meios didáticos.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observamos que a educação de Jovens e Adultos teve uma longa trajetória e até hoje ainda não atingiu um nível de ensino considerado satisfatório, pois apesar de hoje já fazer parte da etapa da educação básica e ser considerada um direito assistido a todos que não concluíram a educação básica na idade regular, ainda temos muitos alunos privados do direito de estudar, além disso, é preciso melhorar a qualidade da educação oferecida aos alunos jovens e adultos.

Um dos elementos para alcançar esse objetivo é a elaboração de um currículo apropriado que possibilite ao professor a introdução de metodologias e conteúdos que levem os alunos a uma reflexão e que os incentivem a prosseguirem os estudos. Portanto, essa foi a preocupação do presente estudo, trazer uma discussão no campo do currículo da EJA para compreender sua proposta e verificar até que ponto o mesmo leva em consideração a realidade dos alunos e promove através dos seus conteúdos e metodologias a reflexão.

Verificamos que o currículo observado possibilita a discussão de alguns conhecimentos prévios dos alunos, mas não de forma expressiva. Tanto o currículo oficial e ainda mais o livro didático analisado, apresentam-se de forma fragmentada deixando uma grande lacuna. Além disso, percebemos que, assim como os demais currículos ele traz segregações confirmando assim como um elemento a serviço do modelo de sociedade em que vivemos, na qual aqueles que detêm o poder enriquecem cada vez mais e através das instâncias que os apoiam busca perpetuar esse modelo de sociedade, inclusive através da escola que acaba tornando-se um importante instrumento no fortalecimento do modelo econômico capitalista. .

Apesar de o currículo apresentar fragmentações e deixar de abordar alguns conteúdos considerados importantes, é preciso que o professor traga essa abordagem para a sala de aula, para que os alunos reflitam sobre o seu papel na sociedade e atuem de forma crítica. Se não é objetivo de quem o elabora, provocar inquietações nos alunos, o professor pode despertar isso na sala de aula, pois ele está diariamente à frente dos seus alunos e conhece suas dificuldades. Mas, para tanto é preciso ir muito além do programa, é preciso investigar e problematizar as necessidades que se apresentam em cada comunidade escolar.

Com a pesquisa e análise do currículo percebemos que o currículo é muito importante enquanto documento orientador para planejamento e desenvolvimento das aulas nas turmas da Educação de Jovens e Adultos, mas ficou claro também que o educador desempenha um papel fundamental, pois é ele quem vai determinar que abordagem fazer sobre cada conteúdo ali proposto, podendo introduzir conteúdos que não foram citados a depender da necessidade da sua turma. Portanto, consideramos de suma importância tanto um currículo bem elaborado que leve em consideração o modo de vida e expectativas dos alunos jovens e adultos quanto educadores que saibam experienciar essa proposta curricular, contribuindo assim, para uma aula reflexiva e uma aprendizagem significativa.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

APPLE, Michael Whitman. **Ideologia e Currículo**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1982.

\_\_\_\_\_. **Ideologia e Currículo**. São Paulo: Ed. Artmed, 1986.

ARROYO, Miguel. A educação de jovens e adultos em tempos de exclusão. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0014/001432/143238por.pdf>>. Acessado em 15 de maio de 2012.

BRASIL. MEC. **Educação para Jovens e Adultos: Ensino Fundamental: proposta curricular - 1º segmento**. São Paulo: Ação Educativa; Brasília, 2001.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CEB 11/2000. Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação de Jovens e Adultos. Brasília: MEC/CNE, 2000.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Por uma nova Educação de Jovens e Adultos. In: TV Escola, Salto para o Futuro. Educação de Jovens e Adultos: continuar... e aprender por toda a vida. Boletim, 20 a 29 set. 2004. Disponível em: <<http://www.tvebrasil.com.br/salto/boletins2004/eja/index.htm>>. Acessado em: 02 fev. 2012.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1980.

FREIRE, Paulo. **A Importância do Ato de Ler: Em três artigos que se completam**. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 1983.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1994.

MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa; SILVA, Tomaz Tadeu da (orgs.). **Currículo, Cultura e Sociedade**. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MOURA, Tânia Maria de Melo. **A prática pedagógica dos alfabetizadores de Jovens e Adultos**: Contribuições de Freire, Ferreiro e Vygotsky. Maceió: EDUFAL, 1999.

OLIVEIRA, Edna Castro. A Prática como Princípio da Formação na Construção de Currículos na EJA. Disponível em:< [http://www.fae.ufmg.br/endipe/livros/Livro\\_2.PDF](http://www.fae.ufmg.br/endipe/livros/Livro_2.PDF)>. Acessado em 25 de agosto de 2012.

OLIVEIRA, Inês Barbosa de. **Reflexões acerca da Organização Curricular e das Práticas Pedagógicas na EJA**. Educar, n. 29, p. 83-100. Curitiba: Editora UFPR, 2007.

OLIVEIRA, Inês Barbosa de; PAIVA, Jane (orgs.). **Educação de Jovens e Adultos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

OLIVEIRA, Lídia Laguna de; DANTE, Luiz Roberto. **Projeto Identidade: Letramento e Alfabetização Linguística e Alfabetização Matemática**: EJA – Educação de Jovens e Adultos: Anos iniciais do ensino fundamental: alfabetização, volume único. 1ª ed. São Paulo: Ática, 2009.

PAIVA, Vanilda. **História da Educação Popular no Brasil**: educação popular e educação de adultos. 6ª ed. São Paulo: Loyola, 1972.

SERGIPE. Secretaria do Estado da Educação. A Educação de Jovens e Adultos - Ensino Fundamental – EJAEF/1ª Fase. Aracaju: [entre 2002 e 2006].

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos e Identidade**: Uma Introdução às Teorias do Currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

SOARES, Magda. **Alfabetização e Letramento**. 6ª ed. São Paulo: Contexto, 2010.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. FACED. Legislação e Políticas Públicas em EJA. Salvador: 2009.